

# Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA  
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA  
DE CARVALHO MOURA  
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 09/07/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Procurador do Município de Rio Branco**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 12 questões passíveis de recurso, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 14, 32, 35, 42, 50, 58, 60, 65, 66, 73, 79 e 83.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Procurador do Município de Rio Branco**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/80c0f471-5708-45f2-aeff-55c1f6d9b22d/>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/d3bac6e0-e732-41de-b020-5afeac26afc8>

Por fim, lembramos que você sempre pode acompanhar mais novidades e informações sobre esta e outras provas no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!

 **Estratégia Carreira Jurídica - YouTube**

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial - Procurador do Município de Rio Branco\(estrategia.com\)](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



# PROVA COMENTADA

## PROCURADOR DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO

TEXTO PARA AS QUESTÕES DE 01 A 05.

### **Boas maneiras no bar**

**Paulo Pestana**

#### **Crônica**

O ambiente dos botequins pode assustar aos incautos, principalmente a quem torce o nariz para aquela descontração toda. Mas é preciso compreender que ali - incluindo a classe dos pés-sujos - também há uma etiqueta, o que, conforme os franceses ensinaram, é aquele conjunto de normas cerimoniais que controlam o comportamento adequado a cada situação social. Coisa de gente fina.

Não obedece aos mesmos parâmetros que as moças de boa família encontravam no Socila, o mais badalado curso de boas maneiras e elegância do país, que hoje oferece até aulas via computador, prometendo 12 segredos infalíveis para causar boa impressão. Também não chega ao nível de detalhamento do Jornal das Moças, antiga publicação com artigos e dicas para as casadoiras.

A etiqueta do botequim é um conjunto de normas que garante a boa convivência entre os frequentadores, um povo eclético, difícil, cuja beligerância aumenta de acordo com o esvaziamento dos copos. São, na prática, regras de armistício.

Uma delas é o tratamento dispensado ao atendente. Se for o proprietário, é preciso cuidado porque normalmente são pessoas calejadas pelos chatos que são atraídos como moscas na vitrine de petiscos. Esses calos não engrossam apenas a pele, mas o caráter, o que muitas vezes é confundido com grossura, mas outras é ignorância pura mesmo.

Regra número um: não chame o atendente de psiu. É ofensa grave. Faça como o pessoal do Skank: chame de chefia, amigão, tio, brother, camarada - mas nunca de "ô", "pist", ou qualquer outra onomatopeia. O mais educado é perguntar o nome e tratá-lo por ele; é garantia de bom atendimento, copo limpo e petisco intacto.

Outra norma importante vai na contramão da etiqueta formal: o palito. O ato de esgaravatar os dentes fez com que dentistas e dândis se unissem e formassem uma liga contrária. E palitos, nem aqueles que vêm embrulhadinhos, são permitidos em mesas de gente bem. No boteco é o contrário. O palito é o que mantém aquele bife a rolê do mostruário firme, enrolado na cenoura, e ainda serve para retirar o fiapo que ficou entre os dentes.

O palito é também usado para passar o tempo no jogo de porrinha, para tirar caraca de baixo da unha, riscar a toalha de papel vegetal na mesa, até para segurar guardanapo sobre o petisco, antes da mosca pousar. Se nos restaurantes não se usa palito nem no banheiro com a luz apagada, como ensinava Danuza Leão, nos bares eles são insubstituíveis.

Outro elemento importante, que exige uma técnica especial, é a cordinha da descarga do banheiro. Boteco raiz não tem urinol preso na parede. As necessidades são feitas num único lugar: a privada. Mas é preciso dar descarga; e aí vem a dúvida: a cordinha para liberar a água deve ser pega por onde? Na pontinha? Lá em cima? No meio? Tudo encardido. Melhor usar papel higiênico e puxar.



Por fim, uma regra básica: não reclame da comida. Não se devolve prato por causa de um bife com nervo ou fora do ponto, como em restaurante. O substituto pode vir com sabor de vingança; ácido, amargo e, às vezes, pegajoso.

Fonte: PESTANA, Paulo. Boas maneiras no bar. Correio Braziliense, 31 de maio de 2023. Disponível em: <https://blogs.correiobraziliense.com.br/paulopestana/boas-maneiras-no-bar/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

**QUESTÃO 01. Para o cronista, as regras de etiqueta nos bares servem como “regras de armistício” porque:**

- a) colaboram para que não haja conflitos e brigas entre seus frequentadores.**
- b) impedem que seus frequentadores bebam e comam sem pagar pelos serviços.**
- c) auxiliam no controle, por parte do dono do estabelecimento, de pessoas que portam armas.**
- d) reúnem maneiras que ajudam na manutenção de disputas dentro do estabelecimento.**
- e) facilitam o controle sobre os garçons para que eles não entrem em conflito com os frequentadores.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A expressão “São, na prática, regras de armistício”, ao fazer referência ao trecho anterior “A etiqueta do botequim é um conjunto de normas que garante a boa convivência entre os frequentadores, um povo eclético, difícil, cuja beligerância aumenta de acordo com o esvaziamento dos copos”, traz a ideia de que as tais regras de armistício colaboram para que não haja conflitos e brigas entre os frequentadores. O uso do termo “beligerância” evoca tal ideia de conflito, enquanto o termo “armistício” evoca ideia de “trégua”.

A alternativa B está incorreta, pois não há qualquer referência, no texto, a esta ideia.

A alternativa C está incorreta, pois não há qualquer referência, no texto, a esta ideia.

A alternativa D está incorreta, pois o texto traz justamente o contrário; não se busca a manter das disputas, mas sim evitá-las.

A alternativa E está incorreta, pois o texto faz referência a conflitos entre os próprios frequentadores, e não entre garçons e frequentadores.

**QUESTÃO 02. No trecho “Não se devolve prato por causa de um bife com nervo ou fora do ponto, como em restaurante. O substituto pode vir com sabor de vingança [...]” (último parágrafo), os períodos podem ser reunidos em somente um por meio da inserção da seguinte conjunção:**

- a) “contudo”.**
- b) “portanto”.**
- c) “pois”.**
- d) “entretanto”.**
- e) “ora”.**

#### **Comentários**



A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O período “O substituto pode vir com sabor de vingança” é uma explicação da afirmação feita no período anterior. Logo, o conectivo que reúne esses períodos em um só deve trazer o valor de explicação. Entre as alternativas dadas pela questão, a única conjunção que traz esse valor é “pois”. A conjunção “contudo” é adversativa.

A alternativa B está incorreta. O período “O substituto pode vir com sabor de vingança” é uma explicação da afirmação feita no período anterior. Logo, o conectivo que reúne esses períodos em um só deve trazer o valor de explicação. Entre as alternativas dadas pela questão, a única conjunção que traz esse valor é “pois”. A conjunção “portanto” é conclusiva.

A alternativa C está correta. O período “O substituto pode vir com sabor de vingança” é uma explicação da afirmação feita no período anterior. Logo, o conectivo que reúne esses períodos em um só deve trazer o valor de explicação. Entre as alternativas dadas pela questão, a única conjunção que traz esse valor é “pois”.

A alternativa D está incorreta. O período “O substituto pode vir com sabor de vingança” é uma explicação da afirmação feita no período anterior. Logo, o conectivo que reúne esses períodos em um só deve trazer o valor de explicação. Entre as alternativas dadas pela questão, a única conjunção que traz esse valor é “pois”. A conjunção “entretanto” é adversativa.

A alternativa E está incorreta. O período “O substituto pode vir com sabor de vingança” é uma explicação da afirmação feita no período anterior. Logo, o conectivo que reúne esses períodos em um só deve trazer o valor de explicação. Entre as alternativas dadas pela questão, a única conjunção que traz esse valor é “pois”. A conjunção “ora” é alternativa.

### **QUESTÃO 03. Analisando-se o contexto geral da crônica, percebe-se que o autor:**

- a) critica o fato de que as regras de etiqueta dos bares e dos botecos não seguem os padrões franceses.**
- b) defende o ponto de vista de que há uma organização social a ser seguida nos bares e nos botecos.**
- c) mostra-se indignado pelo fato de não poder chamar os atendentes de qualquer maneira.**
- d) considera os atendentes de bar pessoas grosseiras que não sabem lidar com clientes chatos.**
- e) aprecia mais os bares e os botecos em que moças frequentadoras do Socila trabalham.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o autor não faz uma crítica, mas tão somente uma constatação, uma exposição do fato.

A alternativa B está correta. Ao longo do texto, o autor explica tal organização social, trazendo elementos como o tratamento dispensado ao atendente, regras sobre uso do palito, entre outros.

A alternativa C está incorreta, pois o autor não passa sentimento de indignação.

A alternativa D está incorreta, pois o autor não faz essa generalização. Na verdade, o autor diz, apenas, que o proprietário muitas vezes tem seu caráter endurecido por lidar com os chatos. Isso, muitas vezes, é confundido com grosseria; outras vezes, de fato, é apenas ignorância.

A alternativa E está incorreta, pois o texto não traz essa ideia. O autor apenas contrapõe a organização das frequentadoras do Socila com o comportamento em um boteco.



**QUESTÃO 04.** No trecho “O ambiente dos botequins pode assustar aos incautos, principalmente a quem torce o nariz para aquela descontração toda.” (1º parágrafo), a palavra “incautos” pode ser substituída, sem alteração de sentido ao enunciado em que é empregada, por:

- a) “prudentes”.
- b) “maliciosos”.
- c) “festeiros”.
- d) “impacientes”.
- e) “descuidados”.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. No contexto apresentado, “incauto” significa “desprevenido”, “despreparado”. Entre as opções dadas pela questão, a que mais se aproxima deste significado é “descuidados”, ou seja, aqueles que podem ser “pegos de surpresa” pelos comportamentos mais específicos dos botequins.

A alternativa B está incorreta. No contexto apresentado, “incauto” significa “desprevenido”, “despreparado”. Entre as opções dadas pela questão, a que mais se aproxima deste significado é “descuidados”, ou seja, aqueles que podem ser “pegos de surpresa” pelos comportamentos mais específicos dos botequins.

A alternativa C está incorreta. No contexto apresentado, “incauto” significa “desprevenido”, “despreparado”. Entre as opções dadas pela questão, a que mais se aproxima deste significado é “descuidados”, ou seja, aqueles que podem ser “pegos de surpresa” pelos comportamentos mais específicos dos botequins.

A alternativa D está incorreta. No contexto apresentado, “incauto” significa “desprevenido”, “despreparado”. Entre as opções dadas pela questão, a que mais se aproxima deste significado é “descuidados”, ou seja, aqueles que podem ser “pegos de surpresa” pelos comportamentos mais específicos dos botequins.

A alternativa E está correta. No contexto apresentado, “incauto” significa “desprevenido”, “despreparado”. Entre as opções dadas pela questão, a que mais se aproxima deste significado é “descuidados”, ou seja, aqueles que podem ser “pegos de surpresa” pelos comportamentos mais específicos dos botequins.

**QUESTÃO 05.** No 5º parágrafo, em que se lê “Regra número um: não chame o atendente de psiu. É ofensa grave. Faça como o pessoal do Skank: chame de chefia, amigão, tio, brother, camarada - mas nunca de “ô”, “pist”, ou qualquer outra onomatopeia. O mais educado é perguntar o nome e tratá-lo por ele; é garantia de bom atendimento, copo limpo e petisco intacto.”, a que(m) se refere o pronome em destaque?

- a) Ao nome do atendente.
- b) À onomatopeia usada para chamar o atendente.
- c) Ao pedido feito ao atendente.
- d) Ao atendente.



**e) Ao Skank.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O pronome oblíquo “o”, da expressão “tratá-lo”, refere-se ao atendente.

A alternativa B está incorreta. O pronome oblíquo “o”, da expressão “tratá-lo”, refere-se ao atendente.

A alternativa C está incorreta. O pronome oblíquo “o”, da expressão “tratá-lo”, refere-se ao atendente.

A alternativa D está correta. O pronome oblíquo “o”, da expressão “tratá-lo”, refere-se ao atendente.

A alternativa E está incorreta. O pronome oblíquo “o”, da expressão “tratá-lo”, refere-se ao atendente.

**QUESTÃO 06. Leia o texto a seguir.**

**"O que a inteligência artificial gera de fascínio, gera também de medo.**

**Para Daniela Rus, que trabalha com essa tecnologia, o veredito depende de nós, humanos. [...]**

**Rus reconhece que a comunidade que pesquisa a inteligência artificial ‘não entende todos os aspectos da tecnologia, mas está trabalhando muito para obter uma compreensão mais profunda e aprender sobre seus possíveis usos e obstáculos’. E afirma que há muitos que se dedicam ao desenvolvimento de ferramentas contra a desinformação e contra outras coisas que ‘podem dar errado com a inteligência artificial’.**

**Fonte: 3 áreas em que a inteligência artificial já está melhorando nossas vidas. BBC Brasil, 18 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl4mx5nvno>. Acesso em: 18 jun. 2023.**

**Quais são, respectivamente, as classes gramaticais a que pertencem as palavras grifadas no excerto acima, considerando o contexto em que foram empregadas?**

**a) Verbo e advérbio.**

**b) Substantivo e advérbio.**

**c) Pronome e verbo.**

**d) Verbo e substantivo.**

**e) Substantivo e pronome.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O termo “pesquisa”, no texto, funciona como verbo transitivo direto. Já o termo “muitos” está substituindo um substantivo; portanto, no texto, pertence à classe gramatical dos substantivos. “Muitos” não pode ser considerado advérbio, pois os advérbios são invariáveis em gênero e número. Como o termo “muitos” está no plural, percebe-se que houve variação no número; logo, não pode ser considerado advérbio.

A alternativa B está incorreta. O termo “pesquisa”, no texto, funciona como verbo transitivo direto. Já o termo “muitos” está substituindo um substantivo; portanto, no texto, pertence à classe gramatical dos substantivos. “Muitos” não pode ser considerado advérbio, pois os advérbios são invariáveis em gênero e



número. Como o termo “muitos” está no plural, percebe-se que houve variação no número; logo, não pode ser considerado advérbio.

A alternativa C está incorreta. O termo “pesquisa”, no texto, funciona como verbo transitivo direto. Já o termo “muitos” está substituindo um substantivo; portanto, no texto, pertence à classe gramatical dos substantivos.

A alternativa D está correta. O termo “pesquisa”, no texto, funciona como verbo transitivo direto. Já o termo “muitos” está substituindo um substantivo; portanto, no texto, pertence à classe gramatical dos substantivos.

A alternativa E está incorreta. O termo “pesquisa”, no texto, funciona como verbo transitivo direto. Já o termo “muitos” está substituindo um substantivo; portanto, no texto, pertence à classe gramatical dos substantivos.

**QUESTÃO 07. Assinale a alternativa cuja sentença apresenta um desvio de paralelismo sintático.**

- a) Considero e gosto muito da ideia de seguir outra carreira profissional.**
- b) A região do Donbass é disputada pelos ucranianos e pelos russos.**
- c) É proibida a entrada de animais domésticos e de crianças neste estabelecimento.**
- d) O computador que comprei é digno de aplausos e de elogios!**
- e) Filmes de suspense e de terror fazem muito sucesso atualmente.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Paralelismo sintático traz a ideia de estruturas semelhantes em uma sequência de enumeração ou exemplificação. Na alternativa, há desvio de paralelismo feito entre “considero” e “gosto”, pois o primeiro é verbo transitivo direto, que dispensa preposição, enquanto o segundo é verbo transitivo indireto, que pede a preposição “de”. Não é possível, portanto, unir estes verbos pela conjunção “e”, pois têm regências distintas.

A alternativa B está incorreta. Paralelismo sintático traz a ideia de estruturas semelhantes em uma sequência de enumeração ou exemplificação. Na alternativa, não há desvio de paralelismo entre “pelos ucranianos” e “pelos russos”, pois unem-se duas estruturas semelhantes, ambas compostas pela contração da preposição “por” com o artigo “os” – formando o termo “pelos” –, e por um adjetivo – “ucranianos” e “russos”.

A alternativa C está incorreta. Paralelismo sintático traz a ideia de estruturas semelhantes em uma sequência de enumeração ou exemplificação. Na alternativa, não há desvio de paralelismo entre “de animais domésticos” e “de crianças”, pois unem-se duas estruturas semelhantes, ambas compostas pela preposição “de” e por um substantivo – “animais” e “crianças”.

A alternativa D está incorreta. Paralelismo sintático traz a ideia de estruturas semelhantes em uma sequência de enumeração ou exemplificação. Na alternativa, não há desvio de paralelismo entre “de aplausos” e “de elogios”, pois unem-se duas estruturas semelhantes, ambas compostas pela preposição “de” e por um substantivo – “aplausos” e “elogios”.

A alternativa E está incorreta. Paralelismo sintático traz a ideia de estruturas semelhantes em uma sequência de enumeração ou exemplificação. Na alternativa, não há desvio de paralelismo entre “de suspense” e “de



terror”, pois unem-se duas estruturas semelhantes, ambas compostas pela preposição “de” e por um substantivo – “suspense” e “terror”.

**QUESTÃO 08.** Em qual das sentenças abaixo a concordância do verbo sublinhado se apresenta no singular pelo fato de não haver sujeito na oração?

- a) Viajei durante seis horas para minha cidade natal.
- b) Há diversos problemas carentes de atenção ultimamente.
- c) Chegou, enfim, a tão esperada carta de admissão na companhia!
- d) Mirian esteve no hospital com a mãe para fazer exames.
- e) Precisa-se de atendente de balcão.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O sujeito de “viajei” é oculto.

A alternativa B está correta. O verbo “haver” no sentido de “existir” é impessoal, ou seja, não possui sujeito, apenas complemento. Logo, esta oração é sem sujeito.

A alternativa C está incorreta. O sujeito de “chegou” está posposto, sendo “a tão esperada carta de admissão na companhia”.

A alternativa D está incorreta. O sujeito de “esteve” é Mirian.

A alternativa E está incorreta. O sujeito de “precisa” é indeterminado.

**QUESTÃO 09.** No texto a seguir, observe os conectivos grifados.

Em média, 30 motociclistas morrem em acidentes no trânsito no Brasil por dia. O número de mortes manteve-se estável entre 2011 (11.485 mortes em todo o país) e 2021 (11.115); a taxa de mortalidade também, próxima a 5,7 por 100 mil habitantes, de acordo com o Ministério da Saúde.

No entanto, nesse período aumentou em 55% a taxa de internação de motociclistas que sofreram acidentes no trânsito em hospitais da rede pública de saúde: de 3,9 por 10 mil habitantes em 2011 para 6,1 por 10 mil em 2021. Nesses 10 anos, o custo de serviços médicos e dias de trabalho perdidos passou de R\$ 85 milhões para R\$ 167 milhões. As principais causas dos acidentes são, da parte dos motociclistas, não usar capacete e dirigir alcoolizado ou em velocidade acima do recomendado, além de pavimentação defeituosa (buracos nas ruas), fiscalização deficiente e falta de planejamento urbano. Em compensação, segundo estudo da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FM-USP), a taxa de mortalidade de ciclistas no Brasil caiu - de 7,91 por milhão de habitantes em 2006 para 1,8 por milhão em 2017 -, como resultado da instalação de mais ciclovias (Boletim Epidemiológico, 27 de abril; Ciência & Saúde Coletiva, 7 de abril).

Fonte: MAIS motociclistas em hospitais. Pesquisa Fapesp, junho de 2023. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/mais-motociclistas-em-hospitais/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

Esses conectivos em destaque conferem ao texto apresentado, respectivamente, as ideias:

- a) de exclusão e de compensação.



**b) de comparação e de adversidade.**

**c) de consequência e de adição.**

**d) de adversidade e de compensação.**

**e) de explicação e de inclusão.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. O conectivo “no entanto” traz a ideia de adversidade. Já o conectivo “em compensação” traz a ideia de compensação entre o aumento da taxa de internação de motociclistas, e a queda da taxa de mortalidade de ciclistas.

A alternativa B está incorreta. O conectivo “no entanto” traz a ideia de adversidade. Já o conectivo “em compensação” traz a ideia de compensação entre o aumento da taxa de internação de motociclistas, e a queda da taxa de mortalidade de ciclistas.

A alternativa C está incorreta. O conectivo “no entanto” traz a ideia de adversidade. Já o conectivo “em compensação” traz a ideia de compensação entre o aumento da taxa de internação de motociclistas, e a queda da taxa de mortalidade de ciclistas.

A alternativa D está correta. O conectivo “no entanto” traz a ideia de adversidade. Já o conectivo “em compensação” traz a ideia de compensação entre o aumento da taxa de internação de motociclistas, e a queda da taxa de mortalidade de ciclistas.

A alternativa E está incorreta. O conectivo “no entanto” traz a ideia de adversidade. Já o conectivo “em compensação” traz a ideia de compensação entre o aumento da taxa de internação de motociclistas, e a queda da taxa de mortalidade de ciclistas.

#### **QUESTÃO 10. Leia o fragmento apresentado abaixo.**

**“Foi na Inglaterra, na última terça parte do século XVIII, que nasceu a grande indústria moderna. Desde o início, sua arrancada foi tão repentina, e teve tais consequências, que pôde ser comparada a uma revolução [...]. Hoje, a grande indústria nos envolve por todos os lados; parece até prescindir de definição, tantas são as imagens familiares e sensíveis que evoca: são as possantes fábricas que se erguem na periferia de nossas cidades, as altas chaminés e seu flamejar noturno, o trepidar incessante das máquinas e o agitar atarefado das multidões operárias. [...]”**

**Fonte: MANTOUX, Paul. A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra (trad. Sonia Rangel). São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1988 [?].**

**A palavra “prescindir” indica, nesse fragmento, que:**

**a) não é necessário definir o que é a grande indústria.**

**b) é preciso que haja uma definição mais detalhada do que é a grande indústria.**

**c) não é necessário definir o que são as imagens familiares suscitadas pela indústria.**

**d) é preciso que haja uma definição mais detalhada das imagens familiares suscitadas pela indústria.**

**e) não é necessário definir o que foi a revolução industrial da Inglaterra.**

#### **Comentários**



A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A palavra “prescindir” indica, no fragmento, que não é necessário definir o que é “grande indústria”, pois já está no nosso campo de convivência. Ademais, o próprio verbo “prescindir” significa “dispensar”.

A alternativa B está incorreta. A palavra “prescindir” indica, no fragmento, que não é necessário definir o que é “grande indústria”, pois já está no nosso campo de convivência. Ademais, o próprio verbo “prescindir” significa “dispensar”.

A alternativa C está incorreta. A palavra “prescindir” indica, no fragmento, que não é necessário definir o que é “grande indústria”, pois já está no nosso campo de convivência. Ademais, o próprio verbo “prescindir” significa “dispensar”.

A alternativa D está incorreta. A palavra “prescindir” indica, no fragmento, que não é necessário definir o que é “grande indústria”, pois já está no nosso campo de convivência. Ademais, o próprio verbo “prescindir” significa “dispensar”.

A alternativa E está incorreta. A palavra “prescindir” indica, no fragmento, que não é necessário definir o que é “grande indústria”, pois já está no nosso campo de convivência. Ademais, o próprio verbo “prescindir” significa “dispensar”.

**QUESTÃO 11. Um navegador é o programa que dá acesso aos sites hospedados na internet, tanto em computadores quanto em dispositivos móveis como celulares e tablets. Posto isto, analise e responda.**

**1) Google Chrome.**

**2) Opera.**

**3) Mozilla Firefox.**

**4) Safari.**

**Das opções acima, quais são consideradas navegadores de internet?**

**a) 1 e 4.**

**b) 1, 2, 3 e 4.**

**c) 2, 3 e 4.**

**d) 3, apenas.**

**e) 1, 2 e 3.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**. Vejamos item a item

O item 1 está correto porque o Google Chrome é o navegador de internet da empresa Google.

O item 2 está correto porque o Opera é o navegador de internet da empresa Opera Software.

O item 3 está correto porque o Mozilla Firefox é o navegador de internet da Mozilla Foundation.

O item 4 está correto porque o Safari é o navegador de internet da Apple Inc.



**QUESTÃO 12. Os (As) \_\_\_\_\_ são equipamentos ativos de rede que fazem a interligação entre dois segmentos de rede ligados por uma linha de comunicação.**

**A alternativa que preenche corretamente a lacuna acima é:**

- a) Repetidores.
- b) Hubs.
- c) Roteadores.
- d) Bridges.
- e) Switches.

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, pois bridges são equipamentos de rede que permitem conectar segmentos de rede diferentes que podem ou não utilizar tecnologias de enlace distintas de forma que sua agregação pareça uma única rede, permitindo filtrar os quadros para que somente passe para o outro segmento da bridge dados enviados para algum destinatário presente nele, e que permite a redução de tráfego de dados, o aumento da largura de banda e a separação dos domínios de colisão.

A alternativa A está incorreta, pois os repetidores possuem a função de repetir o sinal de uma rede sem fio.

A alternativa B está incorreta, pois os hubs são dispositivos físicos que tem por função básica apenas interligar os computadores de uma rede local. Recebe dados vindos de um computador e os transmite às outras máquinas.

A alternativa C está incorreta, pois os roteadores são equipamentos que permitem interligar redes diferentes e escolher a melhor rota para que uma informação chegue ao destino. Esse dispositivo encaminha ou direciona pacotes de dados entre redes de computadores, geralmente funcionando como uma ponte entre redes diferentes. Hoje em dia, são muito comuns em residências para permitir a conexão entre redes locais domésticas (Rede LAN) e a Internet (Rede WAN).

A alternativa E está incorreta, pois um switch (comutador) é um equipamento de rede semelhante a uma ponte com múltiplas portas, capaz de analisar dados que chegam em suas portas de entrada e filtrá-los para repassar apenas às portas específicas de destino.

**QUESTÃO 13. “Os \_\_\_\_\_ se disfarçam de aplicativos inofensivos, enganando os usuários para que façam download e os usem. Uma vez em funcionamento, eles podem roubar dados pessoais, travar um dispositivo, espionar atividades ou até mesmo iniciar um ataque”.**

**A lacuna acima deve ser preenchida por:**

- a) Spywares.
- b) Worms.
- c) Scarewares.
- d) Adwares.
- e) Cavalo de troia.

**Comentários.**



A alternativa correta é a **letra E**, pois, o cavalo de tróia pode além de iniciar ataques, também tem sua versão spy, que tem a função de coletar dados e informações.

A alternativa A está incorreta, pois, os spywares são um software malicioso que ao invadir o dispositivo tem a função de coletar dados pessoais e informações de navegação e afins, não realizando ataques.

A alternativa B está incorreta, pois, os worms após conseguirem infectar um sistema, tem como objetivo sua replicação e disseminação para os demais computadores da rede.

A alternativa C está incorreta, pois os scarewares são softwares que levam o usuário a acessar um site que possua malwares, ou seja um software que incita a instalação de outros como: spywares, adwares e etc.

A alternativa D está incorreta, pois os adwares são softwares que abrem automaticamente uma grande quantidade de anúncios.

**QUESTÃO 14. No MS-Excel, o atalho Ctrl + T é utilizado para:**

- a) aplicar ou remover sublinhado.
- b) recortar células alinhadas.
- c) exibir caixa de diálogo “Criar Tabela”.
- d) salvar arquivo.
- e) aplicar ou remover formatação em itálico.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, responsável por criar a caixa de diálogo “Criar Tabela” (porém somente em sua versão em inglês, sendo passível de recurso).

A alternativa A está incorreta, pois o atalho para aplicar ou remover o sublinhado é Ctrl + S.

A alternativa B está incorreta, pois o atalho para recortar células alinhadas é Ctrl + X.

A alternativa D está incorreta, pois o atalho para salvar arquivos é Ctrl + B.

A alternativa E está incorreta, pois o atalho para aplicar ou remover formatação em itálico é Ctrl + I.

Assim, sugere-se recurso pois a questão não possui alternativa correta.

**QUESTÃO 15. Para que, no MS-Word, o usuário alterne o modo de exibição para o modo exibição de estrutura de tópicos, qual atalho deve ser utilizado?**

- a) Ctrl + Shift + C.
- b) Shift + Tab.
- c) Alt + Ctrl + O.
- d) F5.
- e) Alt + Shift + T.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta, pois o Ctrl + Shift + C é responsável pela cópia da formatação.

A alternativa B está incorreta, pois o atalho Shift + Tab é responsável por retroceder recuo.

A alternativa D está incorreta, pois o atalho F5 é responsável pelo “ir para”.

A alternativa E está incorreta, pois o atalho Alt + Shift + T é responsável por inserir hora.

**QUESTÃO 16. A arquitetura TCP/IP é organizada em quatro camadas, uma delas conhecida como camada de interface de rede.**

**Sobre esta camada, é possível afirmar que.**

**a) refere-se aos programas de aplicação que se utilizam dos serviços da camada de transporte.**

**b) se relaciona a tudo aquilo que um pacote IP necessita para realmente estabelecer link físico.**

**c) possibilita a comunicação entre programas de aplicação, de uma forma fim-a-fim, ou seja, garante que os dados transmitidos/recebidos estarão corretos .**

**d) recebe pedidos de transporte para envio de pacotes e conduz estes até a estação final de destino.**

**e) essa camada funciona como um fiscal, ela observa se o pacote tem algum defeito em sua formatação e controla o fluxo com que os pacotes são enviados.**

**Comentários**

A camada de interface também pode ser chamada de camada física.

A alternativa correta é a **letra B**, pois a camada física coordena as funções necessárias para transportar um fluxo de bits através de um meio físico. Ela trata das especificações mecânicas e elétricas da interface e do meio de transmissão e também define os procedimentos e funções que os dispositivos físicos e interfaces têm de executar para que a transmissão seja possível.

A alternativa A está incorreta, pois se enquadra na camada de transporte.

A alternativa C está incorreta, pois se enquadra na camada de transporte.

A alternativa D está incorreta, pois se enquadra na camada de internet

A alternativa E está incorreta, pois se enquadra na camada de transporte.

**QUESTÃO 17. “Nesse tipo de topologia cada nó (computador) se conecta a um nó central (computador ou switch) utilizando uma conexão independente dos outros computadores. Ela é bastante utilizada atualmente, principalmente em redes de pequeno porte. É de fácil manutenção e de fácil identificação de problemas, entretanto, uma falha do nó central pode desativar toda a rede.**

**O trecho acima diz respeito a qual topologia de rede?**

**a) Topologia anel.**

**b) Topologia árvore.**

**c) Topologia estrela.**

**d) Topologia barramento.**

**e) Topologia malha.**



### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**, pois se enquadra no modelo de rede que os nós se conectam a um hub central.

A alternativa A está incorreta, pois a topologia em anel é feita com cada máquina atua com duas vizinhas, tendo um formato circular.

A alternativa B está incorreta, pois a topologia árvore é realizada em níveis, podendo também ser chamada de Topologia hierárquica, onde os níveis “inferiores” vão se conectando aos níveis “superiores”.

A alternativa D está incorreta, pois a topologia barramento é feita com computadores conectados entre si por um cabo.

A alternativa E está incorreta, pois a topologia malha é feita com a conexão de todos os nós entre si.

### **QUESTÃO 18. Analise as assertivas abaixo.**

- 1) Cria uma cópia de todos os dados presentes em um servidor para outro local. – (backup completo)**
- 2) Nesse modelo só é realizada a cópia de segurança dos dados que foram alterados desde a última operação de backup. – (backup incremental)**
- 3) Copia todos os dados alterados desde o backup completo anterior. – (backup diferencial)**

As assertivas se referem, respectivamente, ao:

- a) Backup completo, backup incremental e backup diferencial.**
- b) Backup incremental, backup completo e backup diferencial.**
- c) Backup diferencial, backup completo e backup incremental.**
- d) Backup completo, backup diferencial e backup incremental.**
- e) Backup incremental, backup diferencial e backup completo.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, pois enquadra as alternativas de forma correta, vejamos item a item.

O item 1 conceitua corretamente o modelo de um backup completo, pois inclui todo o conteúdo do servidor.

O item 2 conceitua corretamente o backup incremental já que adere dados desde a última operação de backup, realizando o salvamento somente dos dados alterados.

O item 3 conceitua corretamente o backup diferencial, realiza o backup de todos os dados modificados desde o último backup completo.

### **QUESTÃO 19. O nobreak é a ferramenta que garante qual princípio da segurança da informação.**

- a) Princípio da confidencialidade.**
- b) Princípio da integridade.**
- c) Princípio da Autenticidade.**
- d) Princípio da Humanidade.**



**e) Princípio da Disponibilidade.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**, pois o nobreak é uma ferramenta que garante que o computador continue em funcionamento caso aconteça uma queda de energia, logo atendendo o princípio da disponibilidade.

A alternativa A está incorreta, pois a confidencialidade é o princípio de que a informação não esteja disponível ou seja revelada a indivíduos, entidades ou processos não autorizados. E essa não é uma função do nobreak.

A alternativa B está incorreta, pois a Integridade é a capacidade de garantir que a informação manipulada está correta, fidedigna e que não foi corrompida. Esse princípio geralmente trata da salvaguarda da exatidão e completeza da informação, com o intuito de aferir que a informação não tenha sido alterada sem autorização durante seu percurso, de sua origem ao seu destino, mantendo todas as características originais estabelecidas pelo proprietário da informação.

A alternativa C está incorreta, pois o princípio da autenticidade é a garantia de que as entidades identificadas em um processo de comunicação como remetentes ou autores sejam, exatamente, os mencionados nela

A alternativa D está incorreta, pois não consta na doutrina majoritária o princípio da humanidade como um princípio da segurança da informação.

**QUESTÃO 20. Das alternativas abaixo, assinale a que corresponda a um exemplo de antivírus.**

**a) KasperSky.**

**b) Oracle Database.**

**c) CodeSandbox.**

**d) Sublime Text.**

**e) Microsoft Imagine.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**, pois o KasperSky é o antivírus da empresa Kaspersky Lab.

A alternativa B está incorreta, pois o Oracle Database é um software de banco de dados.

A alternativa C está incorreta, pois o CodeSandbox é um software de programação.

A alternativa D está incorreta, pois o Sublime Text é um software de edição de código fonte.

A alternativa E está incorreta, pois o Microsoft Imagine é um software para criação de design e desenvolvimento.

**QUESTÃO 21. Sobre a Lei da Ação Civil Pública (Lei n. 7347/85), é correto afirmar que:**

**a) A ação civil não poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.**

**b) Não é admitido o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.**



**c) Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.**

**d) As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local do réu.**

**e) Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 05 (cinco) dias.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o art. 3º da LACP, que assim dispõe: “Art. 3º A ação civil poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.”.

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 5º, §5º da LACP, que assim dispõe: “Art. 5º, § 5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.”.

A alternativa C está correta, de acordo com o art. 12 da LACP, que assim dispõe: “Art. 12. Poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.”.

A alternativa D está incorreta, de acordo com o art. 2º da LACP, que assim dispõe: “Art. 2º As ações previstas nesta Lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.”.

A alternativa E está incorreta, de acordo com o art. 8º da LACP, que assim dispõe: “Art. 8º Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 (quinze) dias.”.

**QUESTÃO 22. Considerando a reforma trabalhista ocorrida no ano de 2017, sobre o dano extrapatrimonial, é correto afirmar que:**

**a) a reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.**

**b) a composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, pode interferir na avaliação dos danos extrapatrimoniais.**

**c) a honra, a imagem, a intimidade, a liberdade de ação, a autoestima, a sexualidade, a saúde, o lazer e a integridade física são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica.**

**d) a imagem, a marca, o nome, o segredo empresarial e o sigilo da correspondência são bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física.**

**e) na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar até 10 (dez) vezes o valor da indenização.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois traz exatamente o texto do art. 223-F da CLT: “A reparação por danos extrapatrimoniais pode ser pedida cumulativamente com a indenização por danos materiais decorrentes do mesmo ato lesivo.”



A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 223-F, § 2º, da CLT, a composição das perdas e danos, assim compreendidos os lucros cessantes e os danos emergentes, não interfere na avaliação dos danos extrapatrimoniais.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 223-C da CLT, estes são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa física, e não à pessoa jurídica.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 223-D da CLT, estes são os bens juridicamente tutelados inerentes à pessoa jurídica, e não à pessoa física.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 223-G, § 3º, da CLT, na reincidência entre partes idênticas, o juízo poderá elevar ao dobro o valor da indenização, e não ao décuplo.

**QUESTÃO 23. No âmbito da Administração Pública Federal, é permitido que as decisões administrativas que exijam a participa de 3 (três) ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório. Com base em tais informações e na Lei que rege o Processo Administrativo Federal (Lei n. 9784/99), leia as assertivas, abaixo.**

**I - A decisão coordenada exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida;**

**II - Aplica-se a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação;**

**III - Poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;**

**IV - Cada órgão ou entidade participante é responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à respectiva competência, a fim de subsidiar os trabalhos e integrar o processo da decisão coordenada.**

**Estão corretas as assertivas:**

**a) I e IV.**

**b) II e III.**

**c) I, II e III.**

**d) II, III e IV.**

**e) III e IV.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está incorreto. A rigor, de acordo com o art. 49-A, §4º, da Lei 9.784/99, não ocorre a exclusão de responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida na decisão coordenada, como se vê de sua leitura: “A decisão coordenada não exclui a responsabilidade originária de cada órgão ou autoridade envolvida.”

O item II está incorreto. Cuida-se de afirmativa que dispõe contra texto expresso de lei, vale dizer, o art. 49-A, §6º, I, da Lei 9.784/99, litteris: “Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos: I - de licitação;”



O item III está correto. De acordo com o art. 49-B da Lei 9.784/99, podem habilitar-se como ouvintes os mesmos interessados arrolados no art. 9º de tal diploma legal, como se vê de sua leitura: "Poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, os interessados de que trata o art. 9º desta Lei."

De seu turno, o art. 9º abrange, dentre os legitimados no processo administrativo, as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos. No ponto, é ler: "São legitimados como interessados no processo administrativo: (...) III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;"

Portanto, a combinação destes dispositivos legais demonstra o acerto do item ora examinado.

O item IV está correto, uma vez que espelha, com exatidão, a norma do art. 49-E da Lei 9.784/99, que ora transcrevo: "Cada órgão ou entidade participante é responsável pela elaboração de documento específico sobre o tema atinente à respectiva competência, a fim de subsidiar os trabalhos e integrar o processo da decisão coordenada."

Do exposto, apenas as assertivas III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 24. Acerca do processo de Responsabilidade o qual é submetido o Presidente da República, é INCORRETO afirmar que:**

**a) é permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.**

**b) cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.**

**c) o Senado elegerá uma comissão de três membros para acompanhar o julgamento do acusado.**

**d) o acusado comparecerá, por si ou pelos seus advogados, podendo, ainda, oferecer novos meios de prova.**

**e) são efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o exposto texto do art. 14, da Lei 1.079/1950: "É permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados".

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o exposto texto do art. 21, da Lei 1.079/1950: "Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um."

A alternativa C está incorreta, pois a Comissão acusadora será composta por membros eleitos pela Câmara dos Deputados, conforme art. 23, §4º, da Lei 1.079/1950: "A Câmara dos Deputados elegerá uma comissão de três membros para acompanhar o julgamento do acusado."



A alternativa D está correta, pois está de acordo com o exposto texto do art. 25, da Lei 1.079/1950: "O acusado comparecerá, por si ou pêlos seus advogados, podendo, ainda, oferecer novos meios de prova."

A alternativa E está correta, pois está de acordo com o exposto texto do art. 23, da Lei 1.079/1950: "São efeitos imediatos ao decreto da acusação do Presidente da República, ou de Ministro de Estado, a suspensão do exercício das funções do acusado e da metade do subsídio ou do vencimento, até sentença final."

**QUESTÃO 25. Ainda sobre o Código Tributário do Município de Rio Branco (AC) (Lei 1508/03), no que tange as isenções tributárias, assinale a opção correta.**

**a) A isenção pode ser prevista através de contrato.**

**b) A isenção será extensiva às taxas e contribuições.**

**c) A isenção não pode ser restrita à determinada região do território da entidade tributante.**

**d) São isentos do imposto os imóveis cujo valor do imposto acrescido das taxas de serviços não ultrapasse 20% da UFMRB na data do lançamento.**

**e) São isentos do imposto os imóveis pertencentes a agremiações desportivas licenciadas, quando utilizados efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**

A alternativa E está correta. Nesse sentido: Art. 25. São isentos do imposto os imóveis: II - pertencentes à agremiação desportiva licenciada, quando utilizado efetiva e habitualmente no exercício de suas atividades sociais;

A alternativa A está incorreta. O art. 23 do Código Tributário municipal é exposto ao afirmar que a isenção prevista em contrato deve ser decorrente de lei. Nesse sentido: "Art. 23. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração."

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 24 da referida lei: "Art. 24. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva: I - às taxas e contribuições; II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão"

A alternativa C está incorreta. Conforme parágrafo único do art. 23 da referida lei: "A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares."

A alternativa D está incorreta. O limite é de 50% da UFMRB e não 20%. Nesse sentido: Art. 25. São isentos do imposto os imóveis: IV - cujo valor do imposto acrescido das taxas de serviços não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) da Unidade Fiscal do Município de Rio Branco - UFMRB, apurado na data do lançamento;

**QUESTÃO 26. Sobre o Plano Diretor previsto na Lei n. 10.257/01, é INCORRETO afirmar que:**

**a) o plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.**

**b) o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.**



**c) O plano diretor é obrigatório para cidades com mais de cinquenta mil habitantes.**

**d) O plano diretor deverá conter, no mínimo, um sistema de acompanhamento e controle.**

**e) processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais devem garantir a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois corresponde exatamente ao que diz o art. 40 do Estatuto da Cidade: “O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.” Vale lembrar que o art. 182, §1º da Constituição Federal também estabelece: “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.”

A alternativa B está incorreta, pois é o que consta no art. 40, §1º, do Estatuto da Cidade: “O plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas”

A alternativa C está correta. Dispõe o art. 182, §1º da Constituição Federal: “O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.” Do mesmo modo, o art. 41 do Estatuto da Cidade: “O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes;”

A alternativa D está incorreta, visto que isso está no art. 42, III, do Estatuto da Cidade: “O plano diretor deverá conter no mínimo: III – sistema de acompanhamento e controle.”

A alternativa E está incorreta, pois é o que dispõe o art. 40, §4º, II, do Estatuto da Cidade: “No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;”

**QUESTÃO 27. Sobre os Deputados e Senadores, suas imunidades, bem como proibições no exercício de seu mandato, é correto afirmar que:**

**a) os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.**

**b) os Deputados e Senadores não poderão, desde a posse, aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive, os de que sejam demissíveis "ad nutum", com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.**

**c) os Deputados e Senadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.**

**d) é incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.**

**e) não perderá o mandato o Deputado ou Senador licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse trinta dias por sessão legislativa.**



## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o juízo competente para julgamento de Deputados e Senadores após a expedição do diploma é o STF, conforme o previsto no art. 53, §1º, da CF/88: "Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal."

A alternativa B está incorreta, pois o referido impedimento ocorre desde a expedição do diploma, conforme art. 54, I, alíneas "a" e "b", da CF/88: "Os Deputados e Senadores não poderão: I - desde a expedição do diploma: a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior; [...]."

A alternativa C está incorreta, pois o referido impedimento ocorre desde a posse, conforme art. 54, II, alínea "a", da CF/1988: " Os Deputados e Senadores não poderão: [...] II - desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada; [...]."

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o expresso texto do art. 55, §1º, da CF/88: "É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas."

A alternativa E está incorreta, pois o afastamento do parlamentar não pode ultrapassar o prazo de cento e vinte dias por sessão legislativa, conforme o previsto no art. 56, II, da CF/88: "Não perderá o mandato o Deputado ou Senador: [...] II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa."

## QUESTÃO 28. Acerca da garantia da execução, é correto afirmar que:

- a) É vedado ao executado oferecer seguro garantia.
- b) O executado não poderá pagar parcela da dívida que julgar incontroversa.
- c) A penhora poderá recair em qualquer bem do executado.
- d) O executado poderá indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública.
- e) O executado poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora sem a necessidade do consentimento expresso do respectivo cônjuge.

## Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, conforme previsto no art. 835, §2º ("§ 2º Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.") e art. 848, parágrafo único do CPC ("Parágrafo único. A penhora pode ser substituída por fiança bancária ou por seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento.") e no art. 9º, II c/c §§2º e 3º, da Lei nº 6.830/1980 ("Art. 9º - Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá: II - oferecer fiança bancária ou seguro garantia;



§ 2º. Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária, do seguro garantia ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros. § 3º A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia, produz os mesmos efeitos da penhora.”).

A alternativa B está incorreta, conforme previsto no art. 9º, §6º, Lei nº 6.830/1980, in verbis: “Art. 9º § 6º - O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.”

A alternativa C está incorreta, conforme previsto no art. 833, CPC, que estabelece um rol de bens e direitos impenhoráveis e no art. 10, Lei nº 6.830/1980 (“Art. 10 - Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução de que trata o artigo 9º, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.”).

A alternativa D está incorreta, pois penhora sobre bens de terceiro depende de autorização do titular do bem e da expressa concordância da parte exequente, a teor do art. 9º, IV, da Lei n.º 6.830 /1980, que assim dispõe: “Art. 9º - Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá: IV - indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública.”

A alternativa E está incorreta, conforme previsto no art. 847, §3º do CPC (“Art. 847, § 3º O executado somente poderá oferecer bem imóvel em substituição caso o requeira com a expressa anuência do cônjuge, salvo se o regime for o de separação absoluta de bens.”) e no art. 9º, §1º, da Lei nº 6.830/1980 (“Art. 9º, § 1º - O executado só poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.”).

**QUESTÃO 29. Quanto ao cabimento do Mandado de Segurança, assinale a alternativa correta.**

- a) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.**
- b) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.**
- c) É cabível Mandado de Segurança no caso de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.**
- d) O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, não poderá impetrar mandado de segurança.**
- e) É cabível Mandado de Segurança de decisão judicial transitada em julgado.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois traz exatamente o texto do art. 1º, § 3º, da Lei 12.016/2009: “Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.”

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 1º, § 2º, da Lei 12.016/2009 e jurisprudência do STF (ADI 4296), não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.



A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 5º, I, da Lei 12.016/2009, não se concederá mandado de segurança quando se tratar de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 3º, caput, da Lei 12.016/2009, o titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 5º, III, da Lei 12.016/2009, não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.

**QUESTÃO 30. No ano de 2021, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8429/92) passou por diversas mudanças. Levando em consideração a atualização ocorrida, assinale a alternativa correta.**

**a) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.**

**b) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.**

**c) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos aos ilícitos previstos na Lei 8429/92.**

**d) Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado e as sanções previstas na Lei.**

**e) No que se refere aos recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de proposição que afronta a letra do art. 1º, §8º, da Lei 8.429/92, que assim preconiza: “Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.”

É válido registrar, todavia, que este preceito legal encontra-se com sua eficácia suspensa, por força de medida cautelar deferida liminarmente nos autos da ADI 7236.

Nada obstante, para além de malferir texto explícito de norma legal, fato é que não se pode afirmar, de modo genérico, que a ação ou omissão decorrente de mera divergência interpretativa da lei possa configurar ato de improbidade administrativa, eis que, para tanto, haverá necessidade de conduta dolosa, intencionando gerar o resultado ilícito vedado pela lei de regência.

Logo, persiste o equívoco desta opção.



A alternativa B está incorreta, uma vez que, nos termos do art. 3º, §1º, da Lei 8.429/92, existe ressalva no sentido da possibilidade de os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado responderem, sim, pelo ato de improbidade, desde que, comprovadamente, haja participação e benefícios diretos, hipótese essa em que responderão nos limites da sua participação. Confira-se: “Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, salvo se, comprovadamente, houver participação e benefícios diretos, caso em que responderão nos limites da sua participação.”

A alternativa C está incorreta, porquanto não se pode aduzir que o sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente esteja sujeito aos ilícitos previstos na Lei 8429/92, mas, sim, tão somente, que pode vir a sofrer efeitos patrimoniais, os quais, ainda assim, ficam limitados à herança ou ao patrimônio transmitido. É o que deflui do art. 8º da Lei 8.429/92, que abaixo transcrevo:

“Art. 8º O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.”

A alternativa D está incorreta, eis que em franco desacordo à regra do art. 8º-A, parágrafo único, da Lei 8.429/92, que assim estabelece: “Nas hipóteses de fusão e de incorporação, a responsabilidade da sucessora será restrita à obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, não lhe sendo aplicáveis as demais sanções previstas nesta Lei decorrentes de atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação, exceto no caso de simulação ou de evidente intuito de fraude, devidamente comprovados.”

Da leitura deste preceito normativo, vê-se que a responsabilidade da sucessora, derivada de alteração contratual, de transformação, de incorporação, de fusão ou de cisão societária, não abraça, de modo amplo, as sanções previstas na lei de improbidade, mas, sim, deve se ater apenas à reparação integral dos danos.

A alternativa E está correta, porquanto em perfeita sintonia com a regra do art. 2º, parágrafo único, da Lei 8.429/92, in verbis: “No que se refere a recursos de origem pública, sujeita-se às sanções previstas nesta Lei o particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente.”

**QUESTÃO 31. Sobre a obrigação de dar coisa certa e incerta (Direito das Obrigações), assinale a alternativa correta.**

- a) Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, porém, não responderá por perdas e danos.
- b) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- c) Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, não sofrerá o credor a perda, devendo o devedor restituí-lo.
- d) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, porém, não poderá exigir aumento no preço dela.
- e) Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, exceto por força maior ou caso fortuito.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 239 do CC/02: “Se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 235 do CC/02: “Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 238 do CC/02: “Se a obrigação for de restituir coisa certa, e esta, sem culpa do devedor, se perder antes da tradição, sofrerá o credor a perda, e a obrigação se resolverá, ressalvados os seus direitos até o dia da perda”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 237 do CC/02: “Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 246 do CC/02: “Antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito”.

**QUESTÃO 32. A respeito das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais, considerando o que dispõe a Lei 9504/97, assinale a alternativa INCORRETA.**

**a) Nos seis meses que antecedem o pleito, realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito.**

**b) Fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público.**

**c) Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.**

**d) A nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República.**

**e) Usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram.**

### **Comentários**

As alternativas corretas são as **letras A e D. Questão passível de recurso.**

A alternativa A está correta, pois em manifesta divergência em relação ao conteúdo do art. 73, VII, com redação dada pela Lei 14.356/2022, abaixo transcrito:

“Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

VII - empenhar, no primeiro semestre do ano de eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a 6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito;”



Como daí se extrai, a lei refere-se a “empenhar”, ao passo que a Banca mencionou “realizar despesas”, o que, para o Direito Financeiro, não significa a mesma coisa. O empenho apenas cria a obrigação de pagamento, havendo garantia da existência do crédito. Mas até aí não há propriamente a realização de despesas.

Ademais, a lei fala em “6 (seis) vezes a média mensal dos valores empenhados e não cancelados”, ao passo que a Banca se referiu à média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito, de modo que as bases de cálculo são distintas.

Deveras, o período temporal citado pela Banca diverge do texto da lei. Não são os seis meses que antecedem o pleito, e sim no primeiro semestre do ano de eleição.

Portanto, equivocada esta primeira opção.

A alternativa B está incorreta, na medida em que reproduz fielmente a regra do art. 73, IV, da Lei 9.504/97: “IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público;”

Sem reparos, portanto, quanto a este item.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de assertiva alinhada à regra do art. 73, VI, “c”, da Lei 9.504/97, que abaixo colaciono: “VI - nos três meses que antecedem o pleito: (...) c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo;”

A alternativa D está correta. Isto porque a assertiva não se compatibiliza com o teor do art. 73, V, “b”, que contém ressalva, em sua parte final, justamente para fins de permitir a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República. No ponto, confira-se: “V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: (...) b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República;”

A alternativa E está incorreta. Por fim, esta proposição se ajusta à regra do art. 73, II, da citada Lei 9.504/97, in verbis: “II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram;”

Logo, não há incorreções a serem aqui indicadas.

Do acima exposto, vê-se que as opções A e D estão incorretas, o que torna a presente questão passível de anulação, por apresentar duas respostas possíveis.

**QUESTÃO 33. A despeito dos instrumentos da política nacional do meio ambiente, assinale a alternativa correta.**

**a) Para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, o proprietário ou possuidor de imóvel pode instituir servidão ambiental, limitando o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela.**

**b) É permitido durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.**



c) Compete à SEMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.

d) No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Chefe do Executivo Municipal ou Estadual a aplicação das penalidades pecuniárias previstas na Lei.

e) É o Ministério do Meio Ambiente o órgão autorizado a celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para desempenharem atividades de fiscalização ambiental, podendo repassar-lhes parcela da receita obtida com a TCFA.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme disposto no art. 9º-A da Lei nº 6.938/1981. Vejamos: “Art. 9º-A. O proprietário ou possuidor de imóvel, pessoa natural ou jurídica, pode, por instrumento público ou particular ou por termo administrativo firmado perante órgão integrante do Sisnama, limitar o uso de toda a sua propriedade ou de parte dela para preservar, conservar ou recuperar os recursos ambientais existentes, instituindo servidão ambiental.”

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 9º-A, §6º, da Lei nº 6.938/1981, que assim dispõe: “§ 6º É vedada, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.”

A alternativa C está incorreta, pois é a antiga redação do art. 11, da Lei nº 6.938/1981, que atualmente prevê o seguinte: “Art. 11. Compete ao IBAMA propor ao CONAMA normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento previsto no artigo anterior, além das que forem oriundas do próprio CONAMA.”

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 14, §2º da Lei nº 6.938/1981: “Art. 14, §2º No caso de omissão da autoridade estadual ou municipal, caberá ao Secretário do Meio Ambiente a aplicação das penalidades pecuniárias previstas neste artigo.”

A alternativa E está incorreta, de acordo com o art. 17-Q da Lei nº 6.938/1981: “Art. 17-Q. É o IBAMA autorizado a celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para desempenharem atividades de fiscalização ambiental, podendo repassar-lhes parcela da receita obtida com a TCFA.”

**QUESTÃO 34. Considerando o que dispõe a Lei da Ação Popular (Lei nº 4717/65), leia as assertivas abaixo.**

**I - A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral ou com documento que a ele corresponda;**

**II - A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do dobro das custas;**

**III - O prazo para a contestação é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental;**

**IV - A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes, sob os mesmos fundamentos.**

**Estão corretas as assertivas:**



a) I e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) I, II e IV.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto, pois traz exatamente o texto do art. 1º, § 3º, da Lei 4.717/65: “A prova da cidadania, para ingresso em juízo, será feita com o título eleitoral, ou com documento que a ele corresponda.”

O item II está incorreto, pois conforme art. 13 da Lei 4.717/65, em caso de lide considerada manifestamente temerária, o autor será condenado a pagar o décuplo das custas, e não o dobro.

O item III está incorreto, pois conforme art. 7º, § 2º, IV, da Lei 4.717/65, o prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental,

O item IV está correto, pois traz exatamente o texto do art. 5º, § 3º, da Lei 4.717/65: “A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações, que forem posteriormente intentadas contra as mesmas partes e sob os mesmos fundamentos.”

**QUESTÃO 35. Consoante previsto na lei do Mandado de Segurança, o mandado de segurança coletivo pode ser utilizado quando o direito violado pertencer a várias pessoas, e qualquer uma delas pode requerê-lo. Considerando tal informação, assinale a assertiva correta.**

a) No mandado de segurança coletivo, a liminar poderá ser concedida antes a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.

b) É cabível, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios.

c) Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser individuais homogêneos.

d) O mandado de segurança coletivo pode induzir litispendência para as ações individuais.

e) Os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais.

#### **Comentários**

As alternativas corretas são a **letra A** e a **letra C**. Possibilidade de anulação.

A alternativa A está correta, pois o artigo 22, § 2º da Lei 12.016/2009 foi considerado inconstitucional pelo STF na ADI 4296. O dispositivo assim trazia: “No mandado de segurança coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas”. Portanto, atualmente, no mandado de segurança coletivo, a liminar poderá ser concedida antes a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público.



A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 25, da Lei 12.016/2009, não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé. Este artigo foi considerado constitucional pelo STF no bojo da ADI 4296.

A alternativa C está correta, pois conforme art. 21, parágrafo único, inciso II, da Lei 12.016/2009, os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 22, § 1º, da Lei 12.016/2009, o mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 20, caput, da Lei 12.016/2009, os processos de mandado de segurança e os respectivos recursos terão prioridade sobre todos os atos judiciais, salvo habeas corpus.

**QUESTÃO 36. Sobre o Processo Administrativo Tributário previsto na Lei 1.508/03, assinale a alternativa correta.**

**a) O julgamento dos atos e defesas compete em primeira instância ao Secretário Municipal de Finanças e em segunda instância, ao Chefe do Executivo Municipal.**

**b) Da decisão de segunda instância, caberá ainda pedido de reconsideração.**

**c) É facultado ao contribuinte responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, pelo prazo de 5 (cinco) dias.**

**d) Aplicam-se as disposições do processo administrativo comum ao processo administrativo tributário integralmente.**

**e) Ainda que sejam apurados novos fatos ao longo da ação fiscal, será mantido o prazo inicial para apresentação de defesa.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**

A alternativa C está correta. É a transcrição idêntica e integral do art. 349 da lei. Nesse sentido: Art. 349. É facultado ao contribuinte responsável, autuado ou interessado, durante a fluência dos prazos, ter vista dos processos em que for parte, pelo prazo de 5 (cinco) dias.

A alternativa A está incorreta. Nos termos da lei, em primeira instância o julgamento cabe ao chefe da repartição competente, e, em segunda instância, ao Secretário Municipal de Finanças. Nesse sentido: Art. 346. O julgamento dos atos e defesas compete: I - em primeira instância, ao chefe da repartição competente; II - em segunda instância, ao Secretário Municipal de Finanças.

A alternativa B está incorreta. Não cabe pedido de reconsideração da decisão de segunda instância. Nesse sentido: Art. 348. Da decisão de segunda instância, não caberá pedido de reconsideração.

A alternativa D está incorreta. A aplicação é meramente subsidiária. Nesse sentido: Art. 344. Ao processo administrativo tributário aplicam-se subsidiariamente as disposições do processo administrativo comum.



A alternativa E está incorreta. A apuração de novos fatos resulta em novo prazo para apresentação de defesa. Nesse sentido: Art. 351. Quando no decorrer da ação fiscal forem apurados novos fatos, envolvendo a parte ou outras pessoas, ser-lhe-á marcado qual prazo para a apresentação de defesa no mesmo processo.

**QUESTÃO 37. No tocante à interrupção e suspensão do Contrato de Trabalho, assinale a opção correta.**

**a) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por cinco dias, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana.**

**b) A suspensão do empregado por mais de 15 (quinze) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.**

**c) O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.**

**d) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, poderá ensejar na alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.**

**e) É vedado às partes estipularem em contrato por prazo determinado o cômputo do tempo de afastamento.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 473, III, da CLT, a suspensão, neste caso, se dará por 5 dias consecutivos.

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 474, da CLT, é a suspensão por mais de 30 (trinta) dias consecutivos que importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o art. 475 da CLT: “O empregado que for aposentado por invalidez terá suspenso o seu contrato de trabalho durante o prazo fixado pelas leis de previdência social para a efetivação do benefício.”

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 472 da CLT, tal afastamento não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 472, § 2º, da CLT, é possível que as partes estipulem, em contrato por prazo determinado, o cômputo do tempo de afastamento.

**QUESTÃO 38. Acerca da composição do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.**

**a) Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, cinco juízes recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade.**

**b) O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria simples do Senado Federal.**

**c) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, onze Ministros e serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade,**



de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

d) O Superior Tribunal Militar compor-se-á de onze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis.

e) O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos, mediante eleição, pelo voto secreto, três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, conforme o previsto no art. 107, caput, da CF/88: "Os Tribunais Regionais Federais compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de setenta anos de idade [...]".

A alternativa B está incorreta, pois a aprovação dos ministros do TST indicados pelo Presidente da República dá-se pela maioria absoluta do Senado, conforme o disposto no art. 111-A, caput, da CF/88: "O Tribunal Superior do Trabalho compõe-se de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal [...]".

A alternativa C está incorreta, pois o número mínimo de ministros do STJ é de 33, conforme o previsto no art. 104, caput, da CF/1988: "O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros [...]".

A alternativa D está incorreta, pois o número de ministros do STM é de 15, conforme o expresso texto do art. 123, caput, da CF/88: "O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal, sendo três dentre oficiais-generais da Marinha, quatro dentre oficiais-generais do Exército, três dentre oficiais-generais da Aeronáutica, todos da ativa e do posto mais elevado da carreira, e cinco dentre civis."

A alternativa E está correta, pois reproduz literalmente o texto do art. 119, da CF/88: "O Tribunal Superior Eleitoral compor-se-á, no mínimo, de sete membros, escolhidos: I - mediante eleição, pelo voto secreto: a) três juízes dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal; b) dois juízes dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça; II - por nomeação do Presidente da República, dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal."

**QUESTÃO 39. Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca da Execução Contra a Fazenda Pública, leia as assertivas abaixo.**

**I - A Fazenda Pública será citada para opor embargos em 30 (trinta) dias, se valendo da prerrogativa do prazo em dobro;**

**II - Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente;**



III – É defeso à Fazenda alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa, no processo de conhecimento;

IV - A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu gestor para oposição de embargos;

V - Na impugnação feita de modo parcial, a parte não questionada pela executada não será, desde logo, objeto de cumprimento, por se tratar de Fazenda Pública.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

a) I e II.

B) II.

c) I e III.

d) II e IV.

e) IV e V.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está incorreto, pois conforme art. 910, caput, do CPC, a Fazenda Pública será citada para opor embargos no prazo de 30 dias. Como se trata de prazo próprio, não há de se falar em prazo em dobro, conforme dispõe art. 183, § 2º: “Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.”

O item II está correto, pois traz exatamente o texto do art. 910, § 1º, do CPC: “Não opostos embargos ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal.”

O item III está incorreto, pois conforme art. 910, § 2º, do CPC, nos embargos, a Fazenda Pública poderá alegar qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa no processo de conhecimento.

O item IV está incorreto, pois conforme art. 535, caput, do CPC, a intimação da Fazenda Pública se dará na pessoa do seu representante judicial, e não na pessoa de seu gestor.

O item V está incorreto, pois conforme art. 535, § 4º, do CPC, tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

**QUESTÃO 40. No que diz respeito à competência tributária e suas limitações, assinale a opção correta**

a) A competência tributária é delegável nos casos de atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária.

b) Em regra, é permitido à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou majorar tributos por decreto.

c) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que estabeleçam diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

d) Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoa de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.



**e) É permitido que União, Estados, Distrito Federal e Municípios estabeleçam limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A assertiva apresenta a exceção legal para delegação de competência. Nesse sentido dispõe a lei 5172/66, Art. 7º: A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.

A alternativa B está incorreta. A regra é a vedação da majoração de tributos por meio diverso de lei. Nesse sentido: lei 5172/66, Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado, quanto à majoração, o disposto nos artigos 21, 26 e 65

A alternativa C está incorreta. Existe vedação legal expressa sobre a possibilidade de estabelecer diferença tributária em razão da procedência ou destino do bem. Nesse sentido: lei 5172/66, Art. 11. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do §3º do art. 7º da lei 5172/66: "§ 3º "Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos."

A alternativa E está incorreta. Existe vedação legal expressa para limitação ao tráfego por meio de tributos interestaduais e intermunicipais. Nesse sentido: lei 5172/66, Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

**QUESTÃO 41. Conforme destacado no Art. 1.196 do Código Civil: "considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade.". No tocante à posse, é correto afirmar que:**

**a) o sucessor singular continua de direito a posse do seu antecessor, enquanto o sucessor universal é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais.**

**b) considera-se possuidor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.**

**c) o possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era.**

**d) o reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, não tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual.**

**e) o possuidor tem direito a ser restituído na posse em caso de turbação, mantido no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.**

### **Comentários**



A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.207 do CC/02: “O sucessor universal continua de direito a posse do seu antecessor; e ao sucessor singular é facultado unir sua posse à do antecessor, para os efeitos legais”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 1.198 do CC/02: “Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 1.212 do CC/02: “O possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo que o era”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 1.222 do CC/02: “O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor atual”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 1.210 do CC/02: “O possuidor tem direito a ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado”.

**QUESTÃO 42. Acerca da confissão no âmbito do Processo Civil, é correto afirmar que:**

- a) A confissão judicial pode ser espontânea, mas não provocada.**
- b) A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.**
- c) Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.**
- d) A confissão extrajudicial só terá eficácia nos casos em que a lei exija prova literal.**
- e) Em regra, nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro não valerá sem a do outro.**

#### **Comentários**

**Há duas alternativas corretas: letra B e letra C.** Questão passível de anulação. A banca considerou como correta, em seu gabarito preliminar, a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 390 do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 390. A confissão judicial pode ser espontânea ou provocada.”.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 391 do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 391. A confissão judicial faz prova contra o confitente, não prejudicando, todavia, os litisconsortes.”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 392 do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 392. Não vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 394 do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 394. A confissão extrajudicial, quando feita oralmente, só terá eficácia nos casos em que a lei não exija prova literal.”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 391, parágrafo único do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 391. Parágrafo único. Nas ações que versarem sobre bens imóveis ou direitos reais sobre imóveis alheios, a confissão de um cônjuge ou companheiro não valerá sem a do outro, salvo se o regime de casamento for o de separação absoluta de bens.”



**QUESTÃO 43. Sobre o servidor público, considerando o previsto na Constituição Federal acerca do tema, assinale a alternativa correta.**

- a) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- b) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- c) Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- d) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Próprio de Previdência Social.
- e) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, porquanto, na verdade, o art. 40, §1º, II, da CRFB, estabelece a aposentadoria compulsória aos 70 ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar. É ler:

“Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

§ 1º O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado:

(...)

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;”

Não será em todos os casos, portanto, que a aposentadoria compulsória ocorrerá aos 70 anos, tal como sugere a opção ora examinada.

A alternativa B está correta, uma vez que afina-se com a regra do art. 39, §9º, da CRFB, ora transcrito:

“Art. 39 (...)

§ 9º É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.”

A alternativa C está incorreta, pois, nos termos do art. 40, §4º-A, da CRFB, exige-se lei complementar, e não lei ordinária, para o estabelecimento de idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, pelo respectivo ente federativo. Neste sentido, confira-se:

“Art. 40 (...)



§ 4º-A. Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.”

A alternativa D está incorreta. Na verdade, na hipótese versada neste item, a envolver agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social, e não o regime próprio de previdência.

É o que se extrai do art. 40, §13, da CRFB: “Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.”

A alternativa E está incorreta, uma vez que diverge da regra contida no art. 39, §6º, da CRFB, segundo o qual a publicação dos valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos, por parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, deve se dar anualmente, e não de forma semestral, tal como foi aqui sustentado pela Banca.

A propósito, confira-se: “Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.”

**QUESTÃO 44. É sabido que a habilitação em licitação é o momento em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Desta forma, é correto afirmar que:**

- a) é vedada a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.**
- b) no caso da habilitação econômico-financeira, é permitida a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.**
- c) não é permitido à Administração exigir do licitante declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.**
- d) nas habilitações fiscal, social e trabalhista, é permitido o licitante substituir ou suprimir os documentos exigidos previstos na Lei por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.**
- e) na análise dos documentos de habilitação, é vedado à comissão de licitação sanar erros ou falhas, sendo necessário o cancelamento do certame e a abertura de um novo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, já que o art. 69, §3º, da Lei 14.133/2021 é claro ao possibilitar, sim, a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados. Sobre o tema, confira-se:

“Art. 69 (...)



§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.”

A alternativa B está incorreta, porquanto agride a norma do art. 69, §2º, da citada Lei 14.133/2021, que veda a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade. Neste sentido, confira-se: “ Para o atendimento do disposto no **caput** deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.”

A alternativa C está incorreta, pois em rota de colisão com o disposto no art. 69, §1º, da Lei 14.133/2021, que assim estabelece: “A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.”

Trata-se, portanto, de exigência expressamente permitida pela norma de regência.

A alternativa D está correta, na medida em que se mostra perfeitamente de acordo à regra do art. 68, §1º, da Lei 14.133/2021, litteris: “As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos: (...) § 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.”

A alternativa E está incorreta, pois o art. 64, §1º, da Lei 14.133/2021 é explícito ao possibilitar, sim, à comissão de licitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. Assim, confira-se: “Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.”

**QUESTÃO 45. A despeito dos limites da Jurisdição Nacional, é correto afirmar que:**

- a) Compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional.**
- b) Pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.**
- c) Ação proposta perante tribunal estrangeiro induz à litispendência e obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas.**
- d) À autoridade judiciária brasileira competirá decorrentes de relações de consumo, mesmo quando o consumidor tiver domicílio ou residência no exterior.**
- e) Compete à autoridade judiciária brasileira, em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.



A alternativa A está incorreta, conforme disposição do art. 25 do CPC, nos seguintes termos: “Art. 25. Não compete à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de foro exclusivo estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.”.

A alternativa B está incorreta, conforme disposição do art. 24, parágrafo único, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 24, Parágrafo único. A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.”.

A alternativa C está incorreta, conforme disposição do art. 24, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 24. A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.”.

A alternativa D está incorreta, conforme disposição do art. 22, II, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 22. Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações: II - decorrentes de relações de consumo, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil;”.

A alternativa E está correta, conforme disposição do art. 23, II, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra: II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional”.

**QUESTÃO 46. No tocante ao direito de acesso às informações e ao rito processual do Habeas Data, é correto afirmar que:**

**a) do despacho de indeferimento cabe Recurso de Agravo de Instrumento.**

**b) o requerimento será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de 05 (cinco) dias.**

**c) a petição inicial deverá ser instruída com prova da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de trinta dias sem decisão.**

**d) ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de dez dias, preste as informações que julgar necessárias.**

**e) o pedido de habeas data não poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o recurso cabível do indeferimento da inicial do habeas data é a apelação, conforme o previsto no art. 10, parágrafo único combinado com artigo 15, ambos da Lei 9.507/1997: "Art. 10. A inicial será desde logo indeferida, quando não for o caso de habeas data, ou se lhe faltar algum dos requisitos previstos nesta Lei. Parágrafo único. Do despacho de indeferimento caberá recurso previsto no art. 15. [...] Art. 15. Da sentença que conceder ou negar o habeas data cabe apelação.".

A alternativa B está incorreta, pois o prazo para exame do requerimento administrativo junto o registro ou banco de dados é de 48 horas, conforme o disposto no art. 2º, caput, da Lei 9.507/1997: "O requerimento



será apresentado ao órgão ou entidade depositária do registro ou banco de dados e será deferido ou indeferido no prazo de quarenta e oito horas."

A alternativa C está incorreta, pois o prazo para que o registro ou banco de dados responda o requerimento administrativo é de 10 dias, conforme o previsto no art. 8º, parágrafo único, I, da Lei 9.507/1997: "A petição inicial deverá ser instruída com prova: I - da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão; [...]."

A alternativa D está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 9º, da Lei 9.507/1997: "Ao despachar a inicial, o juiz ordenará que se notifique o coator do conteúdo da petição, entregando-lhe a segunda via apresentada pelo impetrante, com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de dez dias, preste as informações que julgar necessárias".

A alternativa E está incorreta, pois cabe a impetração de novo habeas data se o anterior for extinto sem julgamento do mérito, conforme o previsto no art. 18, da Lei 9.507/1997: "O pedido de habeas data poderá ser renovado se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito."

**QUESTÃO 47. Conforme previsto no Art. 18, da Constituição Federal, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo todos autônomos. A despeito dessa organização do Estado e o que dispõe a Constituição Federal, é correto afirmar que:**

- a) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação do Congresso Nacional, por lei complementar.**
- b) os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão regulados em lei ordinária.**
- c) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteção e tratamento de dados pessoais.**
- d) compete, privativamente, à União legislar sobre produção e consumo.**
- e) incluem-se entre os bens dos Estados as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois, além do Congresso Nacional, para a incorporação, desmembramento ou subdivisão de Estados, será necessária a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, conforme o previsto no art. 18, §3º, da CF/88: "Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar."

A alternativa B está incorreta, pois a criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem de Território serão regulados em lei complementar, conforme o disposto no art. 18, §2º, da CF/88: "Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar."



A alternativa C está incorreta, pois a competência legislativa para regulação da proteção e tratamento de dados pessoais é privativa da União, conforme o previsto no art. 22, XXX, da CF/1988: " Compete privativamente à União legislar sobre: [...] XXX - proteção e tratamento de dados pessoais."

A alternativa D está incorreta, pois a competência para legislar sobre produção e consumo é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, conforme o expresso texto do art. 24, V, da CF/88: " Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] V - produção e consumo; [...]."

A alternativa E está correta, pois reproduz literalmente o texto do art. 26, III, da CF/88: " Incluem-se entre os bens dos Estados: [...] III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União; [...]."

**QUESTÃO 48. Sobre a tempo e o lugar dos atos processuais, assinale a alternativa correta.**

**a) Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais.**

**b) Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.**

**c) A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.**

**d) Incumbirá ao serventário remeter os autos conclusos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que tiver ciência da ordem.**

**e) Ao juiz é permitido reduzir prazos peremptórios mesmo que sem a anuência das partes.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme a literalidade do art. 214, do CPC, in verbis: "Art. 214. Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais, excetuando-se: I - os atos previstos no art. 212, § 2º ; II - a tutela de urgência."

A alternativa B está correta, conforme a literalidade do art. 222, do CPC, in verbis: "Art. 222. Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses."

A alternativa C está incorreta, conforme a literalidade do art. 225, do CPC, in verbis: "Art. 225. A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor, desde que o faça de maneira expressa."

A alternativa D está incorreta, conforme a literalidade do art. 228, do CPC, in verbis: "Art. 228. Incumbirá ao serventário remeter os autos conclusos no prazo de 1 (um) dia e executar os atos processuais no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data em que: I - houver concluído o ato processual anterior, se lhe foi imposto pela lei; II - tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz."

A alternativa E está incorreta, conforme a literalidade do art. 222, §1º, do CPC, in verbis: "Art. 222. § 1º Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes."

**QUESTÃO 49. Leia as assertivas abaixo:**

**I - Cada Senador será eleito com dois suplentes;**



**II - É da competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares;**

**III - Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;**

**IV - Compete privativamente ao Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.**

**Estão corretas as assertivas:**

**a) I, II e III.**

**b) II e III.**

**c) I e IV.**

**d) II e IV.**

**e) I, III e IV.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A assertiva I está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 46, §3º, da CF/88: "Cada Senador será eleito com dois suplentes."

A assertivas II está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 49, XVII, da CF/88: "É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares."

A assertiva III está correta, pois reproduz a literalidade do texto do art. 51, II, da CF/88: "Compete privativamente à Câmara dos Deputados: [...] II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa; [...]".

A assertiva IV está incorreta, pois a competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa é do Congresso Nacional, não do Senado, conforme a redação do art. 49, V, da CF/1988: " É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...]V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; [...]".

Logo, são corretas as assertivas I, II e III.

**QUESTÃO 50. O controle de constitucionalidade é um mecanismo criado através de Lei como maneira de proteger a soberania da Constituição. Com o fim de garantir o pleno funcionamento das leis e normas constitucionais há dois tipos de fiscalização e cada controle irá atuar de forma diferente, quais sejam, o controle de constitucionalidade preventivo e o controle de constitucionalidade repressivo, conforme previsto na Lei n. 9868/99. Considerando tais informações e outras na legislação referida, além da própria Constituição Federal, é correto afirmar que:**

**a) é admissível a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.**

**b) podem propor a ação de inconstitucionalidade os Ministros de Estado.**



**c) depois de proposta a ação declaratória de inconstitucionalidade ou ação direta de inconstitucionalidade, é permissível a sua desistência.**

**d) o Tribunal não poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou ato normativo impugnado.**

**e) a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex tunc.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**, mas a questão é passível de anulação.

A alternativa A está incorreta, pois não cabe intervenção de terceiros em sede de ação direta de inconstitucionalidade, conforme art. 7º, caput, da Lei 9.868/99: "Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade."

A alternativa B está incorreta, pois Ministro de Estado não se encontra no rol exaustivo do art. 103, caput, da CF/88, com exata reprodução no art. 2º, caput, da Lei 9.868/99: "Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional."

A alternativa C está incorreta, pois, uma vez proposta a ação direta de inconstitucionalidade ou a ação declaratória de constitucionalidade, não cabe desistência, conforme art. 5º, caput, da Lei 9.868/99: "Proposta a ação direta, não se admitirá desistência."

A alternativa D está correta, pois antes do deferimento da medida cautelar, devem ser ouvidos os órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, conforme art. 10, caput, da Lei 9.868/99: "Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, observado o disposto no art. 22, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias.". Ocorre, porém, que, em caso de urgência excepcional, pode ser a medida concedida liminarmente, inaudita altera pars, conforme previsão do §3º do referido dispositivo: "Em caso de excepcional urgência, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado". Assim, sugere-se essa alternativa como correta, mas é passível de recurso pelo fato de a banca examinadora não ter feito a ressalva do parágrafo citado ou inserido a fórmula "regra geral" na assertiva.

A alternativa E está incorreta, pois os efeitos da concessão de medida cautelar na ação direta são, regra geral, ex nunc, ou seja, prospectivos, conforme expressa redação do art. 11, §1º, da Lei 9.868/99: "A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito ex nunc, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.". Logo, como a eficácia ex tunc (retroativa) é excepcional, a alternativa é incorreta.

### **QUESTÃO 51. Ainda sobre a sentença, assinale a opção INCORRETA.**

**a) É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.**



**b) No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.**

**c) Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la por meio de embargos de declaração.**

**d) A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.**

**e) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme previsto no art. 492 do CPC: “Art. 492. É vedado ao juiz proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.”.

A alternativa B está incorreta, conforme previsto no art. 489, §2º, do CPC: “Art. 489, § 2º No caso de colisão entre normas, o juiz deve justificar o objeto e os critérios gerais da ponderação efetuada, enunciando as razões que autorizam a interferência na norma afastada e as premissas fáticas que fundamentam a conclusão.”.

A alternativa C está correta, conforme previsto no art. 494. do CPC: “Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo; II - por meio de embargos de declaração”.

A alternativa D está incorreta, conforme previsto no art. 495, do CPC: “Art. 495. A decisão que condenar o réu ao pagamento de prestação consistente em dinheiro e a que determinar a conversão de prestação de fazer, de não fazer ou de dar coisa em prestação pecuniária valerão como título constitutivo de hipoteca judiciária.”.

A alternativa E está incorreta, conforme previsto no art. 493, do CPC: “Art. 493. Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.”.

**QUESTÃO 52. É sabido que a Lei n. 6830/80, a Lei de Execuções Fiscais, com o auxílio subsidiário do Código de Processo Civil, permite à Fazenda Pública e suas autarquias a cobrança de Dívidas Ativas. Diante de tais fatos, assinale a opção correta no que tange à Dívida Ativa e seus requisitos.**

**a) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez.**

**b) A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.**

**c) Até a intimação do executado, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída.**

**d) A produção de provas pela Fazenda Pública fica condicionada a requerimento na petição inicial.**



**e) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto nos casos da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**

A alternativa B está correta. Trata-se de transcrição do §2º do art. 2º da lei 6830/80. Nesse sentido: “§ 2º - A Dívida Ativa da Fazenda Pública, compreendendo a tributária e a não tributária, abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.”

A alternativa A está incorreta. A presunção é relativa (juri tantum) por força legal. Nesse sentido: Art. 3º - A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez. Parágrafo Único - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.

A alternativa C está incorreta. O prazo para substituição ou emenda da CDA é até decisão de primeira instância, nos termos do §8º do art.2º da lei 6830/80. Nesse sentido: § 8º - Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

A alternativa D está incorreta. A produção de provas, pela Fazenda, não depende de requerimento em inicial, nos termos do §3º do art. 6º da lei 6830/80. Nesse sentido: § 3º - A produção de provas pela Fazenda Pública independe de requerimento na petição inicial.

A alternativa E está incorreta. A competência para julgar a execução da dívida ativa não comporta as exceções mencionadas, nos termos do art 5º da lei 6830/80. Nesse sentido: Art. 5º - A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, inclusive o da falência, da concordata, da liquidação, da insolvência ou do inventário.

**QUESTÃO 53. A despeito das férias previstas na CLT, é correto afirmar que:**

**a) é permitido descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço.**

**b) o período das férias não será computado, para todos os efeitos, como tempo de serviço.**

**c) não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 15 (quinze) dias.**

**d) é permitido o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.**

**e) desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 130, § 1º, da CLT, tal desconto é vedado.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 130, § 2º, da CLT, o período das férias será sim computado como tempo de serviço.



A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 133, II, da CLT, o empregado não terá direito a férias se, no curso do período aquisitivo, permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 dias, e não de 15 dias.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 134, § 3º, da CLT, é vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.

A alternativa E está correta posto que traz exatamente o texto do art. 134, § 1º, da CLT: “Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.”

**QUESTÃO 54. Acerca da competência prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.
- b) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.
- c) A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.
- d) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do autor.
- e) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, de acordo com o art. 52, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 52. É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.”.

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 46, §5º, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 46, § 5º A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado. ”.

A alternativa C está incorreta, de acordo com o art. 50, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 50. A ação em que o incapaz for réu será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.”.

A alternativa D está correta, de acordo com o art. 46, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu.”.

A alternativa E está incorreta, de acordo com o art. 49, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 49. A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.”.

**QUESTÃO 55. Ainda sobre as Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais, escolha a opção correta.**



a) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e com execução orçamentária no exercício vigente.

b) Nos seis meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.

c) O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do candidato.

d) É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inauguração de obras públicas.

e) Nos anos eleitorais, os programas sociais poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de proposição que diverge da norma do art. 73, §10, da Lei 9.504/97, abaixo transcrito: “ No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.”

Como se vê, a lei se refere à execução orçamentária no exercício anterior, ao passo que a assertiva da Banca mencionou o exercício vigente.

A alternativa B está incorreta. A presente assertiva destoa da norma do art. 75 da Lei 9.504/97, no que tange ao período ali indicado, que, na verdade, é de três meses, e não de seis meses, tal como foi sustentado pela Banca. Confira-se: “Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.”

A alternativa C está incorreta, uma vez que a responsabilidade pelo ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial, pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral, não fica a cargo do próprio candidato, mas sim do partido político ou coligação a que esteja vinculado, nos termos do art. 76 da Lei 9.504/97, ora reproduzido: “O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado.”

A alternativa D está correta, porquanto em perfeita sintonia com o teor do art. 77 da Lei 9.504/97, que abaixo transcrevo: “É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.”

A alternativa E está incorreta, pois em desacordo ao disposto no art. 73, §11, da Lei 9.504/97, que veda a execução de programas sociais, nos anos eleitorais, por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida. Confira-se: “Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida.”

**QUESTÃO 56. A respeito do fenômeno da prescrição no âmbito da Lei de Improbidade Administrativa é correto afirmar que:**



a) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

b) nas ações e nos acordos regidos por esta Lei, haverá adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas.

c) nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles não se estendem aos demais.

d) não haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade.

e) o inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, eis que, nos termos do art. 23, caput, da Lei 8.429/92, a prescrição sujeita ao prazo de 8 anos, e não de 5 anos, como foi aqui colocado pela Banca, equivocadamente. Ademais, o termo a quo da contagem do prazo prescricional não consiste no término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, e sim deve corresponder à ocorrência do fato ou, tratando-se de infração permanente, da cessação da permanência. Sobre o tema, confira-se:

“Art. 23. A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que afronta a norma do art. 23-B da Lei 8.429/92, que ora transcrevo:

“Art. 23-B. Nas ações e nos acordos regidos por esta Lei, não haverá adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas.”

Como se vê, não há que se falar em adiantamento de custas, de preparo, de emolumentos, de honorários periciais e de quaisquer outras despesas.

A alternativa C está incorreta, porquanto o art. 23, §7º, da Lei 8.429/92, é explícito ao estender os efeitos da suspensão e da interrupção prescricionais aos atos de improbidade conexos, objeto do mesmo processo. É ler: “Nos atos de improbidade conexos que sejam objeto do mesmo processo, a suspensão e a interrupção relativas a qualquer deles estendem-se aos demais.”

A alternativa D está incorreta. Apesar de, em regra, ser correto sustentar a inexistência de condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade, é preciso ter em mente que, no caso de comprovada má-fé, esta regra deve ser afastada, sendo cabível tal condenação sucumbencial.

Sobre o tema, o art. 23-B, §2º, da Lei 8.429/92: “Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade se comprovada má-fé.”

A alternativa E está correta, pois reproduz fielmente a norma do art. 23, §2º, da Lei 8.429/92, in verbis: “O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.”



**QUESTÃO 57. A despeito dos Contratos Individuais de Trabalho, assinale a opção correta.**

- a) A contratação do autônomo, cumpridas por este todas as formalidades legais, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, não afasta automaticamente a qualidade de empregado, cabendo ao empregador provar a ausência dos requisitos da CLT.
- b) O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.
- c) Para fins de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses no mesmo tipo de atividade.
- d) O contrato de experiência não poderá exceder de 03 (três) meses.
- e) A empresa sucedida nos casos em que restou configurada a sucessão empresarial ou de empregadores nos termos da CLT responderá pelas obrigações trabalhistas subsidiariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 442-B, da CLT, tal contratação afasta a qualidade de empregado.

A alternativa B está correta, posto que traz exatamente o texto do artigo 443, caput, da CLT: “O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito, por prazo determinado ou indeterminado, ou para prestação de trabalho intermitente.”

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 442-A, da CLT, não é possível que o empregador exija do candidato a comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 meses no mesmo tipo de atividade.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 445, parágrafo único, da CLT, o contrato de experiência não poderá exceder de 90 dias, e não “3 meses”.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 448-A, caput e parágrafo único, da CLT, tal responsabilidade será solidária, e não subsidiária.

**QUESTÃO 58. A despeito do exercício do direito de greve e suas limitações, assinale a opção correta.**

- a) Em situações excepcionais, é permitido às empresas adotarem meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.
- b) Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.
- c) É vedado aos grevistas a arrecadação de fundos para fins de realização do movimento.
- d) Em regra, os meios adotados por empregados e empregadores não poderão violar ou constranger os direitos e garantias fundamentais de outrem, sendo flexibilizada tal regra em situações de força maior.
- e) Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da paralisação.

#### **Comentários**



A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 6º, 2º, da Lei 7.783/89, é vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

A alternativa B está correta, pois traz exatamente o texto do art. 3º, caput, da Lei 7.783/89: “Frustrada a negociação ou verificada a impossibilidade de recursos via arbitral, é facultada a cessação coletiva do trabalho.”

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 6º, caput e inciso II, da Lei 7.783/89, a arrecadação de fundos é um dos direitos dos grevistas.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art.6º, § 1º, da Lei 7.783/89, não existe tal flexibilização, em nenhuma hipótese.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art.13, da Lei 7.783/89, tal comunicação deve ser feita com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da paralisação.

**QUESTÃO 59. Considerando o Direito Cemiterial e Funerário e o que dispõe a Lei Municipal 1.809/2010, assinale a alternativa correta.**

**a) É admitida a existência de mais de um titular de direitos sobre cada sepultura.**

**b) No caso da exumação definitiva, as sepulturas não poderão ser reutilizadas.**

**c) O cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, poderá mediante convênio previamente aprovado pelo Poder Executivo Municipal, ser destinado às instituições estabelecimentos de ensino e pesquisa.**

**d) Não é permitida a permanência de vendedores ou ambulantes explorando o comércio de velas, flores, coroas ou congêneres próximo aos cemitérios.**

**e) A exposição e a comercialização de artigos fúnebres somente poderão ser realizada em área permitida às permissionárias, porém, é permitida a exibição ostensiva destes artigos nos salões previstos para a realização de velórios.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois em franco desacordo à regra do art. 11 da Lei municipal 1.809/2010, que assim enuncia: “Não se admitirá a existência de mais de um titular de direitos sobre cada sepultura.”

A alternativa B está incorreta, eis que agride a norma do art. 39 da citada Lei municipal, in verbis: “No caso da exumação definitiva, as sepulturas poderão ser reutilizadas.”

A alternativa C está correta, porquanto em linha com o que preceitua o art. 41 da Lei municipal 1.809/2010, litteris: “O cadáver não reclamado junto às autoridades públicas, no prazo de trinta dias, poderá mediante convênio previamente aprovado pelo Poder Executivo Municipal, ser destinado às instituições e estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa.”

A alternativa D está incorreta, eis que a sobredita Lei municipal admite, no dia de finados, a permanência de vendedores ou ambulantes explorando o comércio de velas, flores, coroas ou congêneres, observada a distância mínima de 50 metros das proximidades do cemitério. No ponto, leia-se a norma do art. 71:



“Somente no Dias de Finados será permitida a permanência de vendedores ou ambulantes explorando o comércio de velas, flores, coroas ou congêneres, desde que seja num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros das proximidades do cemitério.”

A alternativa E está incorreta, pois, a teor do art. 142, §1º, da referida Lei municipal, é vedada a exibição ostensiva de artigos fúnebres em qualquer outro local, inclusive nos salões previstos para a realização de velórios. Confira-se: “A exposição e a comercialização de artigos fúnebres somente poderão ser realizada em área permitida às permissionárias, sendo vedada a exibição ostensiva destes artigos em qualquer outro local, inclusive nos salões previstos para a realização de velórios.”

**QUESTÃO 60. No cumprimento de sentença, nos casos em que se reconhece exigibilidade para pagamento de quantia certa, é correto afirmar que:**

**a) Se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.**

**b) Efetuado o pagamento parcial no prazo de 15 (quinze) dias, a multa e os honorários não incidirão sobre o valor restante.**

**c) Para a verificação dos cálculos, o juiz poderá valer-se de contabilista do juízo, que terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para efetuá-la.**

**d) Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo legal, o débito será acrescido de multa e honorários de advogado de vinte por cento.**

**e) Quando a complementação do demonstrativo depender de dados adicionais em poder do executado, o juiz poderá, a requerimento do exequente, requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência.**

### **Comentários**

Há duas alternativas corretas: **letra A e letra E. Questão passível de anulação.**

A alternativa A está correta, conforme previsto no art. 520, §3º, do CPC: “Art. 520. § 3º Se o executado comparecer tempestivamente e depositar o valor, com a finalidade de isentar-se da multa, o ato não será havido como incompatível com o recurso por ele interposto.”.

A alternativa B está incorreta, conforme previsto no art. 523, caput e §2º, do CPC: “Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 2º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1º incidirão sobre o restante.”.

A alternativa C está incorreta, conforme previsto no art. 524, §2º, do CPC: “Art. 524. § 2º Para a verificação dos cálculos, o juiz poderá valer-se de contabilista do juízo, que terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para efetuá-la, exceto se outro lhe for determinado.”.

A alternativa D está incorreta, conforme previsto no art. 523, caput e §1º, do CPC: “Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.”.



A alternativa E está correta, conforme previsto no art. 524, §4º, do CPC: “Art. 524, §4º Quando a complementação do demonstrativo depender de dados adicionais em poder do executado, o juiz poderá, a requerimento do exequente, requisitá-los, fixando prazo de até 30 (trinta) dias para o cumprimento da diligência”.

**QUESTÃO 61. Sobre a Lei n. 10.257/01, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, é correto afirmar que:**

- a) é permitida a concessão de isenções ou de anistia nos casos de IPTU progressivo no tempo.
- b) o condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção.
- c) na ação de usucapião especial urbana não é obrigatória a intervenção do Ministério Público.
- d) o direito de superfície não pode ser transferido a terceiros.
- e) o plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois diz o art. 7º, §3º, do Estatuto da Cidade: “É vedada a concessão de isenções ou de anistia relativas à tributação progressiva de que trata este artigo.”

A alternativa B está incorreta, pois consta no art. 10, §4º, do Estatuto da Cidade: “O condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção, salvo deliberação favorável tomada por, no mínimo, dois terços dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio.”

A alternativa C está incorreta, conforme dispõe o art. 12, §1º, do Estatuto da Cidade: “Na ação de usucapião especial urbana é obrigatória a intervenção do Ministério Público.”

A alternativa D está incorreta, visto que dispõe o art. 21, §4º, do Estatuto da Cidade: “O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos do contrato respectivo.”

A alternativa E está correta, pois é o que dispõe o art. 29 do Estatuto da Cidade: “O plano diretor poderá fixar áreas nas quais poderá ser permitida alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário.”

**QUESTÃO 62. Acerca da Ação Monitória e o seu rito, conforme previsto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

- a) O juiz condenará o autor de ação monitoria proposta indevidamente e de má-fé ao pagamento, em favor do réu, de multa de até cinco por cento sobre o valor da causa.
- b) Na ação monitoria não é admitida a reconvenção em decorrência do rito específico.
- c) Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, o Autor será intimado para regularizar a petição no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
- d) O autor será intimado para responder aos embargos monitorios no prazo de 10 (dez) dias.
- e) Sendo a ré Fazenda Pública, não apresentados os embargos previstos, está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença.



## Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, em conformidade com o art. 702, §10, do CPC, que assim prevê: “Art. 702. § 10. O juiz condenará o autor de ação monitória proposta indevidamente e de má-fé ao pagamento, em favor do réu, de multa de até dez por cento sobre o valor da causa.”.

A alternativa B está incorreta, em conformidade com o art. 702, §6º, do CPC, que assim prevê: “Art. 702. § 6º Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.”.

A alternativa C está incorreta, em conformidade com o art. 702, §3º, do CPC, que assim prevê: “Art. 702. § 3º Não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, os embargos serão liminarmente rejeitados, se esse for o seu único fundamento, e, se houver outro fundamento, os embargos serão processados, mas o juiz deixará de examinar a alegação de excesso.”.

A alternativa D está incorreta, em conformidade com o art. 702, §5º, do CPC, que assim prevê: “Art. 702. § 5º O autor será intimado para responder aos embargos no prazo de 15 (quinze) dias.”.

A alternativa E está correta, em conformidade com o art. 701, § 4º, do CPC, que assim prevê: “Art. 701, § 4º. Sendo a ré Fazenda Pública, não apresentados os embargos previstos no art. 702, aplicar-se-á o disposto no art. 496, observando-se, a seguir, no que couber, o Título II do Livro I da Parte Especial.”

## **QUESTÃO 63. Sobre prova pericial, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

- a) Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.**
- b) O Juiz não pode formular quesitos, cabendo apenas às partes.**
- c) O perito será escolhido pelo juízo, sendo vedada escolha pelas partes, ainda que de comum acordo.**
- d) O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 10 (dez) dias antes da audiência de instrução e julgamento.**
- e) Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogado por igual período.**

## Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 465, §5º, do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 465, § 5º Quando a perícia for inconclusiva ou deficiente, o juiz poderá reduzir a remuneração inicialmente arbitrada para o trabalho.”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 470, II, do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 470. Incumbe ao juiz: II - formular os quesitos que entender necessários ao esclarecimento da causa.”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 471, do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 471. As partes podem, de comum acordo, escolher o perito, indicando-o mediante requerimento, desde que: I - sejam plenamente capazes; II - a causa possa ser resolvida por autocomposição.”.



A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 477, do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 477. O perito protocolará o laudo em juízo, no prazo fixado pelo juiz, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 476, do CPC, que dispõe o seguinte: “Art. 476. Se o perito, por motivo justificado, não puder apresentar o laudo dentro do prazo, o juiz poderá conceder-lhe, por uma vez, prorrogação pela metade do prazo originalmente fixado.”.

**QUESTÃO 64. A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14133/2021) foi atualizada para se adequar às novas tecnologias e às necessidades do setor público atual. Portanto, tratou-se de uma mudança, especialmente, para trazer um resultado mais vantajoso para a administração pública. Dentre as diversas adequações, prevê-se em um de seus capítulos em especial, os chamados instrumentos auxiliares das licitações e contratações. Com base em tais informações, assinale a alternativa correta.**

**a) Nos procedimentos de credenciamento, poderá ser feita a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.**

**b) No caso da pré-qualificação, os bens e os serviços pré-qualificados não integrarão o catálogo de bens e serviços da Administração.**

**c) Do Procedimento de Manifestação de Interesse, atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório.**

**d) Em Sistema de Registro de Preços (SRP), no caso de alimento perecível, não é permitido o registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido.**

**e) Quanto ao Registro Cadastral, é permitida a exigência, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, uma vez que a assertiva aqui lançada encontra amparo expresso na regra do art. 79, I, da Lei 14.133/2021, que ora colaciono: “O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;”

Como daí se vê, o credenciamento, de fato, possibilita a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

A alternativa B está incorreta, na medida em que viola a norma do art. 80, §5º, da Lei 14.133/2021, segundo o qual os bens e os serviços pré-qualificados devem, sim, integrar o catálogo de bens e serviços da Administração. É ler: “Os bens e os serviços pré-qualificados deverão integrar o catálogo de bens e serviços da Administração.”

A alternativa C está incorreta. Em verdade, a teor do art. 81, §2º, I, a norma de regência rechaça a existência do alegado direito de preferência, como se depreende de sua leitura: “A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, na forma de regulamento. (...) § 2º A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações,



levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse previsto no caput deste artigo: I - não atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório;"

A alternativa D está incorreta, porquanto destoa do permissivo contido no art. 82, §3º, II, da Lei 14.133/2021, que abaixo reproduzo: "O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre: (...) § 3º É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações: (...) II - no caso de alimento perecível;"

A alternativa E está incorreta, pois em manifesto desacordo à regra do art. 87, §2º, da Lei 14.133/2021, que a seguir reproduzo: "É proibida a exigência, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos."

**QUESTÃO 65. Acerca da Penalidade por falta de pagamento do Imposto nos prazos estabelecidos na Lei Municipal 1.508/03, leia as assertivas abaixo.**

**I Sujeitará o contribuinte à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, se o pagamento ocorrer em exercício posterior ao do lançamento do imposto;**

**II Sujeitará o contribuinte à atualização monetária do débito calculada com base no valor da UFMRB vigente a data do lançamento do tributo;**

**III A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido;**

**IV Será aplicada a qualquer pessoa multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto que intervenha no negócio jurídico ou que, por qualquer forma, contribua para a inexatidão ou omissão praticada.**

**Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):**

- a) III
- b) III e IV
- c) II e III
- d) I e IV
- e) II

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A. Questão passível de recurso.**

Estão corretas as alternativas I e III.

A assertiva I está correta. Nos termos da lei: Art. 29. A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte: II - à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado monetariamente, se o pagamento ocorrer em exercício posterior ao do lançamento do imposto;

A assertiva II está incorreta. Será utilizada, como parâmetro para apuração da base de cálculo, a data da quitação do tributo e não do lançamento. Nesse sentido: Art. 29. A falta de pagamento do imposto nos vencimentos fixados nos avisos de lançamento sujeitará o contribuinte: IV - à atualização monetária do débito calculada com base no valor da UFMRB vigente à data da quitação do tributo.



A assertiva III está correta. Nos termos da lei: Art. 51. A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido, corrigido mediante a aplicação dos coeficientes fixados pela Unidade Fiscal do Município de Rio Branco - UFMRB.

A assertiva IV está incorreta. A multa, nesses casos, é de 100% e não 50%. Nesse sentido: Art. 51. A omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto sujeitará o contribuinte à multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do imposto devido, corrigido mediante a aplicação dos coeficientes fixados pela Unidade Fiscal do Município de Rio Branco - UFMRB. § 1º Igual multa será aplicada a qualquer pessoa que intervenha no negócio jurídico ou que, por qualquer forma, contribua para a inexatidão ou omissão praticada.

**QUESTÃO 66. A despeito das fases processuais e recursais do Mandado de Segurança, é correto afirmar que:**

- a) o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.**
- b) é admitido o ingresso de litisconsorte ativo após ser despachada a petição inicial.**
- c) concedida a segurança, a sentença não estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição, devendo a parte vencida interpor Apelação.**
- d) é cabível medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.**
- e) das decisões em mandado de segurança, denegando ou concedendo a ordem, proferidas em única instância pelos tribunais, caberá recurso ordinário, nos casos legalmente previstos.**

#### **Comentários**

As alternativas corretas são a **letra A** e a **letra D**. Possibilidade de anulação.

A alternativa A está correta, pois conforme art. 6º, § 6º da Lei 12.016/2009, o pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 10, § 2º, da Lei 12.016/2009, o ingresso de litisconsorte ativo não será admitido após o despacho da petição inicial.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 14, § 1º, da Lei 12.016/2009, concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

A alternativa D está correta, pois conforme art. 25, da Lei 12.016/2009, pois o artigo 7º, § 2º da Lei 12.016/2009 foi considerado inconstitucional pelo STF na ADI 4296. O dispositivo assim trazia: “Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.”. Portanto, atualmente, é possível a concessão de medida liminar com estes objetos, inclusive compensação de créditos tributários e entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior.



A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 18, da Lei 12.016/2009, das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for denegada.

**QUESTÃO 67. As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos são formas de contratação ou de atos unilaterais resultantes do fenômeno da descentralização administrativa, devendo o concessionário prestar um serviço adequado e política tarifária adequada. Todavia, o usuário também deverá contribuir para o serviço. Diante de tais fatos, é correto afirmar que:**

**a) razões de ordem técnica ou de segurança das instalações podem configurar descontinuidade do serviço a sua interrupção, em caráter de emergência ou após prévio aviso.**

**b) o inadimplemento do usuário, tendo em vista a coletividade, não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em emergência ou após prévio aviso.**

**c) a interrupção do serviço por inadimplemento do usuário poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.**

**d) não poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados.**

**e) as tarifas não poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que, de acordo com o art. 6º, §3º, I, da Lei 8.987/95, a interrupção do serviço, motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, após aviso prévio, não configura descontinuidade do serviço, como se vê de sua leitura: “Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,”

A alternativa B está correta. Apesar da redação um tanto quanto truncada, pode-se concluir que a assertiva possui respaldo na regra do art. 6º, §3º, II, da Lei 8.987/95: “Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando: (...) II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.”

Eis aqui, pois, a resposta acertada.

A alternativa C está incorreta, pois em evidente ofensa à norma do art. 6º, §4º, da Lei 8.987/95, na linha da qual veda-se que o início da interrupção do serviço recaia na sexta-feira, no sábado ou no domingo, ao contrário do que foi sustentado pela Banca. Confira-se: “A interrupção do serviço na hipótese prevista no inciso II do § 3º deste artigo não poderá iniciar-se na sexta-feira, no sábado ou no domingo, nem em feriado ou no dia anterior a feriado.”

A alternativa D está incorreta. A presente proposição malferiu texto expresso de lei, qual seja, o art. 11 da Lei 8.987/95, que possibilita, sim, a previsão de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.



No sentido exposto, é ler: “No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17 desta Lei.”

A alternativa E está incorreta, eis que a assertiva em análise não se compatibiliza com a regra do art. 13 da Lei 8.987/95, que assim estabelece: “As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.”

Portanto, a norma de regência admite a diferenciação de tarifas, tendo por base as características técnicas e os custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

**QUESTÃO 68. Acerca das previsões na Lei n. 9099/95, assinale alternativa correta.**

**a) É de competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.**

**b) Poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.**

**c) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para prática qualquer ato processual, inclusive para interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias corridos, em razão do princípio da celeridade processual.**

**d) Quando interpostos contra sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para recurso.**

**e) Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está correta, na forma do art. 3º, §2º, da Lei nº 9.099/1995, que assim dispõe: “Art. 3º § 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.”.

A alternativa B está incorreta, na forma do art. 8º, da Lei nº 9.099/1995, que assim dispõe: “Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil.”.

A alternativa C está incorreta, na forma do art. 12-A, da Lei nº 9.099/1995, que assim dispõe: “Art. 12-A. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis. ”.

A alternativa D está incorreta, na forma do art. 50, da Lei nº 9.099/1995, que assim dispõe: “Art. 50. Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de recurso.”.

A alternativa E está incorreta, na forma do art. 23, da Lei nº 9.099/1995, que assim dispõe: “Art. 23. Se o demandado não comparecer ou recusar-se a participar da tentativa de conciliação não presencial, o Juiz togado proferirá sentença.”.



**QUESTÃO 69. Sobre os Embargos à Execução, é correto afirmar que:**

a) Os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é exclusivamente do juízo deprecante.

b) É permitido que, reconhecendo o crédito, o executado deposite como sinal o equivalente a trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, bem como parcele o restante em até 10 (dez) vezes.

c) A opção pelo parcelamento não importa na renúncia ao direito de opor embargos, podendo ser o valor depositado convertido em caução e, havendo necessidade, complementado até o valor integral.

d) Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.

e) Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do último mandado.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois está em desconformidade com o art. 914, §2º, do CPC. Vejamos: “Art. 914. § 2º Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los é do juízo deprecante, salvo se versarem unicamente sobre vícios ou defeitos da penhora, da avaliação ou da alienação dos bens efetuadas no juízo deprecado”.

A alternativa B está incorreta, pois está em desconformidade com o art. 916, do CPC. Vejamos: “Art. 916. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês.”

A alternativa C está incorreta, pois está em desconformidade com o art. 916, §6º, do CPC. Vejamos: “Art. 916. § 6º A opção pelo parcelamento de que trata este artigo importa renúncia ao direito de opor embargos”.

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com o art. 916, §2º, do CPC. Vejamos: “Art. 916, § 2º Enquanto não apreciado o requerimento, o executado terá de depositar as parcelas vincendas, facultado ao exequente seu levantamento.”

A alternativa E está incorreta, pois está em desconformidade com o art. 915, § 1º, do CPC. Vejamos: “Art. 915, §1º. Quando houver mais de um executado, o prazo para cada um deles embargar conta-se a partir da juntada do respectivo comprovante da citação, salvo no caso de cônjuges ou de companheiros, quando será contado a partir da juntada do último.”

**QUESTÃO 70. Leia as assertivas abaixo.**

**I - Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu;**

**II - Haverá resolução de mérito quando o juiz homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;**



**III - O pronunciamento judicial que não resolve o mérito pode obstar que parte proponha de novo a ação;**

**IV - Se o autor der causa, por 1 (uma) vez, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto.**

**Estão corretas as assertivas:**

**a) II e III**

**b) I e III**

**c) I e IV**

**d) I e II**

**e) I, III e IV**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I é verdadeiro, nos termos do art. 485, §6º, do CPC: “§ 6º Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor depende de requerimento do réu.”.

O item II é verdadeiro, nos termos do art. 487, III, “a”, do CPC: “Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: III - homologar: a) o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;”.

O item III é falso, nos termos do art. 486, do CPC: “Art. 486. O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta a que a parte proponha de novo a ação.”.

O item IV é falso, nos termos do art. 486, §3º, do CPC: “Art. 486, § 3º Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.”.

**QUESTÃO 71. Em se tratando de estabilidade no contrato de trabalho, é correto afirmar que:**

**a) o empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido.**

**b) o empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções e a sua despedida poderá ser efetivada no curso do inquérito que apura a situação.**

**c) é garantida a estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador.**

**d) ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança e que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa, é garantida a indenização proporcional ao tempo de serviço.**

**e) se a falta grave praticada pelo empregado não restar configurada após período investigativo, fica o empregador obrigado a readmiti-lo no serviço, porém, sem pagar-lhe os salários a que teria direito no período da suspensão.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.



A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 492, da CLT, tal empregado poderá ser demitido por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 494, da CLT, o empregado acusado de falta grave poderá ser suspenso de suas funções, mas a sua despedida só se tornará efetiva após o inquérito e que se verifique a procedência da acusação.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 499, da CLT, não há estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador.

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o texto do art. 499, § 2º, da CLT: “Ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança e que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa, é garantida a indenização proporcional ao tempo de serviço nos termos dos arts. 477 e 478.”

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 495, da CLT, nestes casos o empregador, além de obrigado a readmitir o empregado, também terá que pagar os salários a que teria direito no período da suspensão.

**QUESTÃO 72. Conforme preceitua o Art. 789, do CPC, "O devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento de suas obrigações, salvo as restrições estabelecidas em lei". Considerando tais informações e a responsabilidade patrimonial do devedor, assinale a opção INCORRETA.**

**a) Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade.**

**b) O sócio réu, quando responsável pelo pagamento da dívida da sociedade, tem o direito de exigir que primeiro sejam executados os bens da sociedade.**

**c) O exequente que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se achar em seu poder.**

**d) No caso do fiador, os seus bens ficarão sujeitos à execução se os do devedor, situados na mesma comarca que os seus, forem insuficientes à satisfação do direito do credor.**

**e) Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da cuja personalidade se pretende desconsiderar.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**. O gabarito da banca (**letra C**) traz assertiva correta, pois transcreve, *ipsis litteris*, o art. 793 do CPC/15. Não há nenhum erro nela. Portanto, é uma questão passível de recurso, para que o gabarito seja alterado para a **letra A**.

A alternativa A está correta, de acordo com o art. 795, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 795. Os bens particulares dos sócios não respondem pelas dívidas da sociedade, senão nos casos previstos em lei.”

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 795, §1º, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 795, § 1º O sócio réu, quando responsável pelo pagamento da dívida da sociedade, tem o direito de exigir que primeiro sejam excutidos os bens da sociedade.”

A alternativa C está incorreta, de acordo com o art. 793, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 793. O exequente que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se achar em seu poder.”



A alternativa D está incorreta, de acordo com o art. 794, §1º, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 794. § 1º Os bens do fiador ficarão sujeitos à execução se os do devedor, situados na mesma comarca que os seus, forem insuficientes à satisfação do direito do credor.”.

A alternativa E está incorreta, de acordo com o art 792, §3º, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 792. § 3º Nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, a fraude à execução verifica-se a partir da citação da parte cuja personalidade se pretende desconsiderar.”

**QUESTÃO 73. A Lei n. 12.651/2012 versa sobre a Área de Preservação Permanente. Em suma, Área de Preservação Permanente é uma área protegida cujo fim assegurar a preservação da fauna e flora, além de buscar estabilidade geológica e a biodiversidade. Noutras palavras, se busca um equilíbrio no ambiente. Sobre esta Lei, é correto afirmar que:**

**a) É considerado Área de Preservação Permanente, seja em zonas rurais ou urbanas, reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.**

**b) É vedado o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.**

**c) Será admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, podendo com a concessão deste benefício ocorrer a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo.**

**d) No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes.**

**e) Em áreas de inclinação entre 25º e 45º, serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, desde que observadas boas práticas agrônômicas.**

#### **Comentários**

O gabarito preliminar da banca indicou a resposta como sendo a **letra E**. Entretanto, tal assertiva estaria incorreta, pois não está completa, como é o caso da letra D, que está totalmente correta. Portanto, a questão pode ser alvo de recursos para que o gabarito seja alterado para a **letra D** ou para que seja anulada, por conter duas alternativas corretas.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 4º, §1º da Lei nº 12.651/2012, que assim dispõe: “Art. 4º, § 1º Não será exigida Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.”

A alternativa B está incorreta, de acordo com a literalidade do art. 9º da Lei nº 12.651/2012: “Art. 9º É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.”

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 15, I da Lei nº 12.651/2012, que conta com a seguinte redação: “Art. 15. Será admitido o cômputo das Áreas de Preservação Permanente no cálculo do percentual da Reserva Legal do imóvel, desde que: I - o benefício previsto neste artigo não implique a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo;”

A alternativa D está correta, na forma do art. 16, parágrafo único da Lei nº 12.651/2012, cuja redação é a seguinte: “Art. 16. Poderá ser instituído Reserva Legal em regime de condomínio ou coletiva entre propriedades rurais, respeitado o percentual previsto no art. 12 em relação a cada imóvel. Parágrafo único.



No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes.”

A alternativa E está incorreta, pois não está completa, mas pode ser alvo de recursos para ser anulada, nos termos do 11 da Lei nº 12.651/2012, que assim dispõe: “Art. 11. Em áreas de inclinação entre 25º e 45º , serão permitidos o manejo florestal sustentável e o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura física associada ao desenvolvimento das atividades, observadas boas práticas agronômicas, sendo vedada a conversão de novas áreas, excetuadas as hipóteses de utilidade pública e interesse social.”

**QUESTÃO 74. No que concerne à admissibilidade e o valor da prova testemunhal no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.**

**a) É lícito à parte provar com testemunhas nos contratos em geral, os vícios de consentimento, porém, será vedado provar nos contratos simulados a divergência entre a vontade real e a vontade declarada.**

**b) Podem depor como testemunhas todas as pessoas exceto as incapazes menores de 18 (dezoito) anos.**

**c) Não se admite a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.**

**d) Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.**

**e) São suspeitos para serem ouvidos como testemunhas o que intervém em nome de uma parte, como o tutor, o representante legal da pessoa jurídica, o juiz, o advogado e outras que assistam ou tenham assistido as partes.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois está em desconformidade com o art. 446, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 446. É lícito à parte provar com testemunhas: I - nos contratos simulados, a divergência entre a vontade real e a vontade declarada; II - nos contratos em geral, os vícios de consentimento.”.

A alternativa B está incorreta, pois está em desconformidade com o art. 447, §1º, III, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 447. Podem depor como testemunhas todas as pessoas, exceto as incapazes, impedidas ou suspeitas. § 1º São incapazes: III - o que tiver menos de 16 (dezesesseis) anos;”.

A alternativa C está incorreta, pois está em desconformidade com o art. 444, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 444. Nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.”.

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com o art. 447, §4º, do CPC, que prevê o seguinte: “Art. 447, § 4º Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.”.

A alternativa E está incorreta, pois está em desconformidade com o art. 447, §2º, do CPC, que prevê o seguinte: “§ 2º São impedidos: III - o que intervém em nome de uma parte, como o tutor, o representante legal da pessoa jurídica, o juiz, o advogado e outros que assistam ou tenham assistido as partes.”.



**QUESTÃO 75. Acerca da petição inicial e seus requisitos previstos no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.**

- a) O autor poderá, até a fase saneadora, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu.
- b) Não havendo conexão, não é lícito cumular, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos.
- c) É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.
- d) O pedido deve ser certo, não admitindo-se formular pedido genérico, sob pena de indeferir a inicial.
- e) Nas causas que dispensem a fase instrutória condicionada à intimação da parte para se manifestar, poderá julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme se extrai do art. 329, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 329. O autor poderá: I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu; II - até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar.”.

A alternativa B está incorreta, conforme se extrai do art. 327, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 327, Art. 327. É lícita a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que entre eles não haja conexão.”.

A alternativa C está correta, conforme se extrai do art. 326, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 326. É lícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.”.

A alternativa D está incorreta, conforme se extrai do art. 324, §1º, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 324. O pedido deve ser determinado. § 1º É lícito, porém, formular pedido genérico: I - nas ações universais, se o autor não puder individuar os bens demandados; II - quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato; III - quando a determinação do objeto ou do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.”.

A alternativa E está incorreta, conforme se extrai do art. 332, IV, do CPC, nos seguintes termos: “Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar: IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.”.

**QUESTÃO 76. Leia as assertivas abaixo.**

**I - Não integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador;**

**II - As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do**



empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário;

III - Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados;

IV - Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.

Está(ão) correta(s) a(s) assertiva(s):

- a) II, III e IV.
- b) II e IV.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I, II e IV.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

O item I está incorreto, pois conforme art. 457, § 1º, da CLT, integram o salário a importância fixa estipulada, as gratificações legais e as comissões pagas pelo empregador.

O item II está correto, pois traz exatamente o texto do art. 457, § 2º, da CLT: “As importâncias, ainda que habituais, pagas a título de ajuda de custo, auxílio-alimentação, vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abonos não integram a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.”

O item III está correto, pois traz exatamente o texto do art. 457, § 3º, da CLT: “Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados.”

O item IV está correto, pois traz exatamente o texto do art. 457, § 4º, da CLT: “Consideram-se prêmios as liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a empregado ou a grupo de empregados, em razão de desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades.”

**QUESTÃO 77. Quanto aos negócios jurídicos, sua validade e seus defeitos, nos termos do Código Civil, é correto afirmar que:**

- a) a impossibilidade inicial do objeto pode invalidar o negócio jurídico mesmo se for relativa.
- b) pode ser considerado como coação a ameaça do exercício normal de um direito e o simples temor reverencial.
- c) se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.



**d) em caso de lesão, mesmo oferecendo suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito, será decretada a anulação do negócio.**

**e) o credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, não ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 106 do CC/02: “A impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 153 do CC/02: “Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 150 do CC/02: “Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 157, § 2º, do CC/02: “Não se decretará a anulação do negócio, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 162 do CC/02: “O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento da dívida ainda não vencida, ficará obrigado a repor, em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu”.

**QUESTÃO 78. É sabida a importância e o quão será determinante uma audiência de instrução e julgamento no âmbito de um processo, sendo muitas vezes oportunidade para a parte produzir a prova decisiva e lhe favorecer ao final. Dito isto, assinale a opção correta.**

**a) As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se, nesta ordem, autor, testemunhas, perito e os assistentes técnicos.**

**b) Poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz, enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas.**

**c) A audiência não pode ser adiada por convenção das partes, cabendo ao juiz esta decisão.**

**d) Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 10 (dez) dias.**

**e) A critério do juiz, finalizada a instrução, dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, conforme se depreende do art. 361, do CPC: “Art. 361. As provas orais serão produzidas em audiência, ouvindo-se nesta ordem, preferencialmente: I - o perito e os assistentes técnicos, que responderão aos quesitos de esclarecimentos requeridos no prazo e na forma do art. 477, caso não



respondidos anteriormente por escrito; II - o autor e, em seguida, o réu, que prestarão depoimentos pessoais; III - as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, que serão inquiridas.”.

A alternativa B está incorreta, conforme se depreende do art. 361, parágrafo único, do CPC: “Art. 361, Parágrafo único. Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.”.

A alternativa C está incorreta, conforme se depreende do art. 362, I, do CPC: “Art. 362. A audiência poderá ser adiada: I - por convenção das partes;”.

A alternativa D está incorreta, conforme se depreende do art. 366, do CPC: “Art. 366. Encerrado o debate ou oferecidas as razões finais, o juiz proferirá sentença em audiência ou no prazo de 30 (trinta) dias.”.

A alternativa E está correta, conforme se depreende do art. 364, do CPC: “Art. 364. Finda a instrução, o juiz dará a palavra ao advogado do autor e do réu, bem como ao membro do Ministério Público, se for o caso de sua intervenção, sucessivamente, pelo prazo de 20 (vinte) minutos para cada um, prorrogável por 10 (dez) minutos, a critério do juiz.”

**QUESTÃO 79. Sobre os contratos e sua formação, é correto afirmar que:**

**a) não deixa de ser obrigatória a proposta se e, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente.**

**b) não é lícito às partes estipular contratos atípicos.**

**c) a aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta.**

**d) não se considera como inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante.**

**e) nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.**

**Comentários**

Estão corretas as alternativas **C e E**.

**Questão passível de recurso, pois há duas alternativas corretas.**

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 428, IV, do CC/02: “Deixa de ser obrigatória a proposta: IV - se, antes dela, ou simultaneamente, chegar ao conhecimento da outra parte a retratação do proponente”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 425 do CC/02: “É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código”.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 431 do CC/02: “A aceitação fora do prazo, com adições, restrições, ou modificações, importará nova proposta”.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 433 do CC/02: “Considera-se inexistente a aceitação, se antes dela ou com ela chegar ao proponente a retratação do aceitante”.

A alternativa E está correta, nos termos do art. 424 do CC/02: “Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio”.

**QUESTÃO 80. A respeito dos contratos de concessão, é correto afirmar que:**



a) o contrato de concessão não poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa.

b) nos contratos de financiamento, as concessionárias não poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão.

c) é admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente; todavia, a outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.

d) a transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente não implicará na caducidade da concessão.

e) os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros por ela contratados reger-se-ão pelas regras de direito público.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de assertiva em dissonância ao que prevê o art. 23-A da Lei 8.987/95, a seguir colacionado: “O contrato de concessão poderá prever o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, a ser realizada no Brasil e em língua portuguesa, nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.”

Portanto, fica claro que é possível o emprego de mecanismos privados para resolução de disputas decorrentes ou relacionadas ao contrato, inclusive a arbitragem, ao contrário do que foi sustentado pela Banca.

A alternativa B está incorreta, eis que sustenta posição diametralmente oposto àquela prevista no art. 28 da Lei 8.987/95, como se vê de sua leitura: “Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.”

A alternativa C está correta. Trata-se de proposição que exhibe de modo escorreito o teor do art. 26, caput e §1º da Lei 8.987/95, que a seguir colaciono: “É admitida a subconcessão, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente. § 1º A outorga de subconcessão será sempre precedida de concorrência.”

Sem reparos, portanto, a serem aqui indicados.

A alternativa D está incorreta. Esta afirmativa dispõe contra texto expresso de lei, vale dizer, em relação ao que estabelece o art. 27 da Lei 8.987/95, que ora transcrevo: “A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.”

Como se vê, a lei é clara ao impor a ocorrência de caducidade, no caso de transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente.

A alternativa E está incorreta. A rigor, de acordo com o art. 25, §2º, os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros devem ser regidos pelo direito privado, e não por regras de direito público, o que se extrai do art. 25, §2º, da Lei 8.987/95: “Os contratos celebrados entre a concessionária e os terceiros a que se refere o parágrafo anterior reger-se-ão pelo direito privado, não se estabelecendo qualquer relação jurídica entre os terceiros e o poder concedente.”



**QUESTÃO 81. Informação sigilosa é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado. Considerando o que dispõe a Lei de Acesso à Informação (12.527/11) sobre o tema, marque a resposta correta.**

**a) Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, não se admite o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia.**

**b) A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal pode ser de competência dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.**

**c) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas, ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição, contudo, admitindo-se o acesso em caso de oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País.**

**d) Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação, mas não o critério restritivo.**

**e) Os prazos máximos de restrição de acesso à informação serão no caso da informação reservada, por um período de 25 (vinte e cinco) anos.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, eis que em manifesto confronto à regra do art. 7º, §2º, da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), que abaixo transcrevo: “Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.”

Como se vê, a lei faculta, sim, acesso à parte não sigilosa, o que pode ser materializado via certidão, extrato ou cópia com ocultação da parcela gravada pelo sigilo.

A alternativa B está correta. De fato, na forma do art. 27, I, “c”, verifica-se que a LAI atribuiu competência, para fins de classificação do sigilo de informações, aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. No ponto, é ler: “A classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal é de competência: I - no grau de ultrassecreto, das seguintes autoridades: (...) d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e”

Nada há de equivocado, portanto, quanto a este item da questão.

A alternativa C está incorreta, uma vez que, da leitura do art. 24, §2º, da LAI, extrai-se que inexistente a ressalva colocada pela Banca, na parte final da assertiva, no sentido de que as informações aqui versadas poderiam ser acessadas em caso de elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País. Vejamos: “As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.”

Por simplesmente inexistir tal suposta exceção, revela-se incorreta a proposição sob exame.

A alternativa D está incorreta. Trata-se de assertiva em desacordo à norma do art. 24, §5º, da LAI, em vista da qual percebe-se que o critério menos restritivo possível deve, sim, pautar a classificação da informação



em determinado grau de sigilo. No ponto, confira-se: “Para a classificação da informação em determinado grau de sigilo, deverá ser observado o interesse público da informação e utilizado o critério menos restritivo possível, considerados:”

A alternativa E está incorreta. À luz do art. 24, §1º, III, da LAI, o prazo máximo de restrição de acesso, em se tratando de informação classificada como reservada, é de 5 anos, e não de 25 anos, tal como foi aduzido neste item. Sobre o ponto, é ler: “Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, conforme a classificação prevista no caput, vigoram a partir da data de sua produção e são os seguintes: (...) III - reservada: 5 (cinco) anos.”

**QUESTÃO 82. Acerca dos institutos da prescrição e decadência previstos no Código Civil, assinale a alternativa correta.**

**a) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes.**

**b) A prescrição não pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, podendo ser feito nas fases de contestação e recursal.**

**c) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros.**

**d) É nula a renúncia à decadência fixada em lei.**

**e) Não pode o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei, cabendo às partes o fazê-lo.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 192 do CC/02: “Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 193 do CC/02: “A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 204 do CC/02: “A interrupção da prescrição por um credor não aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, não prejudica aos demais coobrigados”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 209 do CC/02: “É nula a renúncia à decadência fixada em lei”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 210 do CC/02: “Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei”.

**QUESTÃO 83. Está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às sanções que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato. Com base nesta informação, é correto afirmar que:**

**a) na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.**

**b) no caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados por esta Lei, a sanção a ser imposta será o prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, além da suspensão dos direitos políticos.**



**c) alheio à reparação do dano a que se refere esta Lei não haverá dedução no ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.**

**d) as sanções previstas neste artigo podem ser executadas antes o trânsito em julgado da sentença condenatória, por exemplo, havendo interposição de Recurso Especial após manutenção de sentença condenatória junto ao Tribunal respectivo e não for conferido efeito suspensivo ao Recurso.**

**e) a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.**

### **Comentários**

As alternativas corretas são as **letras A e E. Questão passível de recurso.**

A alternativa A está correta, porquanto em linha com o que dispõe o art. 12, §3º, da Lei 8.429/92, que a seguir transcrevo: “Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.”

Portanto, nada há de equivocado a ser aqui apontado.

A alternativa B está incorreta. Em verdade, consoante o art. 12, §5º, da Lei 8.429/92, no caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados pela Lei de Improbidade Administrativa, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso. Confira-se: “No caso de atos de menor ofensa aos bens jurídicos tutelados por esta Lei, a sanção limitar-se-á à aplicação de multa, sem prejuízo do ressarcimento do dano e da perda dos valores obtidos, quando for o caso, nos termos do caput deste artigo.”

Note-se, ademais, ser incabível a imposição da pena de suspensão de direitos políticos, ao contrário do que foi sustentado pela Banca neste item da questão..

A alternativa C está incorreta. De acordo com a norma do art. 12, §6º, da Lei 8.429/92, é necessário, sim, que haja a dedução do ressarcimento que já tiver sido obtido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos. No ponto, confira-se: “Se ocorrer lesão ao patrimônio público, a reparação do dano a que se refere esta Lei deverá deduzir o ressarcimento ocorrido nas instâncias criminal, civil e administrativa que tiver por objeto os mesmos fatos.”

A alternativa D está incorreta, eis que não se compatibiliza com o que estabelece o art. 12, §9º, da Lei de Improbidade Administrativa, abaixo transcrito: “As sanções previstas neste artigo somente poderão ser executadas após o trânsito em julgado da sentença condenatória.”

Logo, é necessário que haja trânsito em julgado de sentença condenatória, ao contrário do que foi aduzido pela Banca.

A alternativa E está correta. Como se pode extrair do art. 12, §4º, da Lei 8.429/92, é possível, sim, que a sanção de proibição de contratação com o poder público extrapole o ente público lesado pelo ato de improbidade. Confira-se: “Em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a sanção de proibição de contratação com o poder público pode extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade, observados os impactos econômicos e sociais das sanções, de forma a preservar a função social da pessoa jurídica, conforme disposto no § 3º deste artigo.”

Embora se trate de medida excepcional, como a própria norma ressalta, fato é que tal possibilidade existe e está contemplada na lei de regência, razão por que, nos termos em que redigida a proposição, deve ser dada como correta.



Do exposto, a presente questão torna-se anulável, na medida em que apresenta duas alternativas corretas, vale dizer, as letras A e E.

**QUESTÃO 84. Sobre o julgamento das propostas na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 14133/2021), é correto afirmar que:**

**a) a Administração não poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.**

**b) em caso de empate entre duas ou mais propostas, o primeiro critério de desempate a ser observado pela Administração é a avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.**

**c) definido o resultado do julgamento, é vedado à Administração negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.**

**d) no caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.**

**e) a verificação da conformidade das propostas não poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, eis que em desacordo à regra do art. 59, §2º, da Lei 14.133/2021, que confere base normativa para que a Administração realize diligências para aferir a exequibilidade das propostas. É ler:

“Art. 59 (...)

§ 2º A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do caput deste artigo.”

A alternativa B está incorreta. Na verdade, consoante art. 60, I, da Lei 14.133/2021, o primeiro critério a ser observado, para fins de desempate, consiste na disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação. Sobre o tema, confira-se: “Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;”

A alternativa C está incorreta, visto que, na forma do art. 61, caput, da Lei 14.133/2021, a Administração pode negociar condições mais vantajosa com o primeiro colocado do certame. A propósito, confira-se: “Definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.”

A alternativa D está correta. Cuida-se aqui de afirmativa em linha com a norma do art. 59, §4º, da Lei 14.133/2021, litteris: “No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.”

Acertada, pois, esta opção.



A alternativa E está incorreta, eis que dispõe contra texto explícito de lei, vale dizer, o art. 59, §1º, que assim preceitua: “A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.”

**QUESTÃO 85. No que diz respeito ao Conselho Tutelar e levando em consideração as previsões legais contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente sobre as suas atribuições, leia as assertivas abaixo.**

**I. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;**

**II. Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;**

**III. Representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder;**

**IV. Representar a autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.**

**Estão corretas as assertivas:**

**a) I e II.**

**b) I, II e IV.**

**c) II e IV.**

**d) I, III e IV.**

**e) I e IV.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto, nos termos do art. 136, IV, da Lei nº 8.069: “São atribuições do Conselho Tutelar: IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente”;

O item II está correto, nos termos do art. 136, V, da Lei nº 8.069: “São atribuições do Conselho Tutelar: I - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência”;

O item III está incorreto, nos termos do art. 136, XI, da Lei nº 8.069: “São atribuições do Conselho Tutelar: XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural”.

O item IV está correto, nos termos do art. 136, XV, da Lei nº 8.069: “São atribuições do Conselho Tutelar: XV - representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente”.

**QUESTÃO 86. A reforma trabalhista de 2017 trouxe uma novidade para a CLT: a representação dos empregados. Conforme previsto no Art. 510-A, da CLT, “Nas empresas com mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de uma comissão para representá-los, com a finalidade de promover-lhes o**



entendimento direto com os empregadores”. Diante de tais informações e considerando o que dispõe a CLT sobre o assunto, assinale a opção correta.

a) O membro que houver exercido a função, representante dos empregados na comissão poderá ser candidato nos dois períodos subsequentes.

b) Serão eleitos membros da comissão de representantes dos empregados os candidatos mais votados, em votação aberta, permitido o voto por representação.

c) A eleição será convocada com antecedência mínima de noventa dias, contados do término do mandato anterior, por meio de edital que deverá ser fixado na empresa, com ampla publicidade, para inscrição de candidatura.

d) Será formada comissão eleitoral, integrada por cinco empregados, não candidatos, para a organização e o acompanhamento do processo eleitoral, facultada a participação do sindicato da categoria.

e) Os empregados da empresa poderão candidatar-se, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado, com contrato suspenso ou que estejam em período de aviso prévio, ainda que indenizado.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 510-D, § 1º, da CLT, o membro que houver exercido a função de representante dos empregados na comissão não poderá ser candidato nos dois períodos subsequentes.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 510-C, § 3º, da CLT, é vedado o voto por representação.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 510-C, caput, da CLT, eleição será convocada com antecedência mínima de 30 dias, e não de 90 dias.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 510-C, § 1º, da CLT, é vedada a interferência do sindicato da categoria.

A alternativa E está correta, posto que traz exatamente o texto do art. 510-C, § 2º, da CLT: “Os empregados da empresa poderão candidatar-se, exceto aqueles com contrato de trabalho por prazo determinado, com contrato suspenso ou que estejam em período de aviso prévio, ainda que indenizado.”

**QUESTÃO 87. Sobre o contrato individual de trabalho na modalidade de teletrabalho, assinale a opção correta.**

a) A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho não deverá constar expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho.

b) O regime de teletrabalho ou trabalho remoto se equipara à ocupação de operador de telemarketing ou de teleatendimento.

c) O empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.

d) O comparecimento, ainda que de modo habitual, às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento pode descaracterizar o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.



**e) Acordo coletivo irá dispor sobre os horários e os meios de comunicação entre empregado e empregador, desde que assegurados os repousos legais.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 75-C, caput, da CLT, a prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá constar expressamente do instrumento de contrato individual de trabalho.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 75-B, § 4º, da CLT, o regime de teletrabalho ou trabalho remoto não se confunde nem se equipara à ocupação de operador de telemarketing ou de teleatendimento.

A alternativa C está correta, pois conforme art. 75-B, § 2º, da CLT, o empregado submetido ao regime de teletrabalho ou trabalho remoto poderá prestar serviços por jornada ou por produção ou tarefa.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 75-B, § 1º, da CLT, o comparecimento nas dependências do empregador não descaracteriza o regime de teletrabalho ou trabalho remoto.

A alternativa E está incorreta, pois conforme art. 75-B, § 9º, da CLT, o acordo coletivo poderá – e não “irá” – dispor sobre os horários e os meios de comunicação entre empregado e empregador, desde que assegurados os repousos legais.

**QUESTÃO 88. Sobre os Recursos em Geral na esfera trabalhista, é correto afirmar que:**

**a) o depósito recursal não poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.**

**b) o valor do depósito recursal será reduzido pela metade para empresas em recuperação judicial.**

**c) no ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponder a 100% (cem por cento) do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.**

**d) são isentos do depósito recursal as entidades sem fins lucrativos.**

**e) das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 899, § 11, da CLT, o depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 899, § 10, da CLT, as empresas em recuperação judicial serão isentas do depósito recursal.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 899, § 7º, da CLT, no ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 50% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 899, § 9º, da CLT, as entidades sem fins lucrativos terão o valor do depósito recursal será reduzido pela metade.



A alternativa E está correta, posto que traz exatamente o texto do artigo 898 da CLT: “Das decisões proferidas em dissídio coletivo que afete empresa de serviço público, ou, em qualquer caso, das proferidas em revisão, poderão recorrer, além dos interessados, o Presidente do Tribunal e a Procuradoria da Justiça do Trabalho.”

**QUESTÃO 89. Mévio, Policial Militar, ao se deparar com um bloqueio feito por carros na principal avenida de sua cidade, provocado por manifestantes que protestam contra o aumento dos preços nos postos de combustíveis exige de um dos manifestantes o valor de R\$ 300,00 para não lhe aplicar sanção pela infração prevista no Art. 253-A, do Código de Trânsito Brasileiro, que diz: "usar qualquer veículo para, deliberadamente, interromper, restringir ou perturbar a circulação na via sem autorização do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre ela". Desta forma, Mévio estaria cometendo o crime de:**

- a) prevaricação.
- b) concussão.
- c) corrupção passiva.
- d) peculato.
- e) excesso de exação.

#### **Comentários**

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O crime de prevaricação é tipificado pelo artigo 319 do CP, que assim prevê: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal". Mévio não estava satisfazendo interesse ou sentimento pessoal, logo não se encaixa no tipo.

A alternativa B está correta. O crime de concussão é tipificado pelo artigo 316 do CP, que assim prevê: "Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida". Mévio exigiu para si quantia em dinheiro para não aplicar sanção legal, logo se encaixa no tipo.

A alternativa C está incorreta. O crime de corrupção passiva é tipificado pelo artigo 317 do CP, que assim prevê: "Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem". Mévio exigiu vantagem em dinheiro e não solicitou, logo não se encaixa no tipo.

A alternativa D está incorreta. O crime de peculato é tipificado pelo artigo 312 do CP, que assim prevê: "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio". A Conduta de Mévio não se encaixa no tipo.

A alternativa E está incorreta. O crime de excesso de exação é tipificado pelo parágrafo primeiro do artigo 316 do CP, que assim prevê: "Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza". A Conduta de Mévio não se encaixa no tipo.

**QUESTÃO 90. A despeito da responsabilidade civil e da obrigação de indenizar, é INCORRETO afirmar que:**



a) o incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

b) as empresas respondem por culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação, o que não acontece no caso dos empresários individuais.

c) aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.

d) os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação.

e) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois está de acordo com o art. 928 do CC/02: “O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes”.

A alternativa B está correta, pois está em desacordo com o art. 931 do CC/02: “Ressalvados outros casos previstos em lei especial, os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa pelos danos causados pelos produtos postos em circulação”.

A alternativa C está incorreta, pois está de acordo com o art. 934 do CC/02: “Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz”.

A alternativa D está incorreta, pois está de acordo com o art. 942 do CC/02: “Os bens do responsável pela ofensa ou violação do direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado; e, se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação”.

A alternativa E está incorreta, pois está de acordo com o art. 943 do CC/02: “O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança”.

### **QUESTÃO 91. Leia as assertivas abaixo.**

I) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado;

II) O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado;

III) Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, da data em que for cientificado judicialmente;

IV) Purga-se a mora, por parte do devedor, oferecendo este a prestação mais a importância dos prejuízos decorrentes do dia do evento.

Estão corretas as assertivas:

a) II e III.

b) III e IV.



c) I e III.

d) I e IV.

e) I e II.

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

O item I está correto, nos termos do art. 389 do CC/02: “Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado”.

O item II está correto, nos termos do art. 393, caput, do CC/02: “O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado”.

O item III está incorreto, nos termos do art. 398 do CC/02: “Nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora, desde que o praticou”.

O item IV está incorreto, nos termos do art. 401, I, do CC/02: “Purga-se a mora: I - por parte do devedor, oferecendo este a prestação mais a importância dos prejuízos decorrentes do dia da oferta;”.

**QUESTÃO 92. Quanto às operações de crédito estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), é correto afirmar que:**

**a) é permitido ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão.**

**b) as entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, podem conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.**

**c) a alteração da metodologia utilizada para fins de classificação da capacidade de pagamento de Estados e Municípios não terá como obrigatoriedade a consulta pública, sendo uma mera faculdade, porém, será assegurada a manifestação dos entes na ocasião.**

**d) excepcionalmente nos casos permitidos por lei, será permitida garantia em operações de crédito internas ou externas acima dos limites fixados pelo Senado Federal.**

**e) o ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.**

### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. O fundamento encontra-se no §4º do art. 39 da LRF (LC 101/2000), a seguir transcrito: “Art. 39. § 4º É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que diverge do teor do §6º do art. 40 da LRF (LC 101/2000). Vejamos: “Art. 40. § 6º É vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.”



A alternativa C está incorreta, pois o §11 do art. 40 da LRF (LC 101/2000) dispõe que a alteração da metodologia deverá ser precedida de consulta pública. Nesse sentido, a literalidade do dispositivo: “Art. 40. § 11. A alteração da metodologia utilizada para fins de classificação da capacidade de pagamento de Estados e Municípios deverá ser precedida de consulta pública, assegurada a manifestação dos entes.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos do que preconiza o art. Art. 40 § 5º da LRF (LC 101/2000) será nula garantia em operações de crédito acima dos limites fixados pelo Senado Federal (LC 101/2000), não havendo que se falar em hipótese de exceção. Vejamos: “Art. 40 § 5º É nula a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal.”

A alternativa E está correta. Trata-se da literalidade do § 10 do art. 40 da LRF (LC 101/2000): “Art. 40 § 10. O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.”

**QUESTÃO 93. Sobre a capacidade processual, é correto afirmar que:**

- a) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.**
- b) O gerente de filial ou agência não se presume autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo, sob pena de configurar nulidade processual.**
- c) A sociedade ou associação sem personalidade jurídica poderão opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.**
- d) Os Estados e o Distrito Federal não podem ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, configurando incapacidade processual.**
- e) O cônjuge não necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário.**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, eis que em conformidade com o art. 73, §2º, do CPC. Vejamos: “Art. 73, § 2º Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nas hipóteses de comosse ou de ato por ambos praticado.”.

A alternativa B está incorreta, eis que em desconformidade com o art. 75, §3º, do CPC. Vejamos: “Art. 75, § 3º O gerente de filial ou agência presume-se autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo.”.

A alternativa C está incorreta, eis que em desconformidade com o art. 75, §2º, do CPC. Vejamos: “Art. 75, § 2º A sociedade ou associação sem personalidade jurídica não poderá opor a irregularidade de sua constituição quando demandada.”.

A alternativa D está incorreta, eis que em desconformidade com o art. 75, §4º, do CPC. Vejamos: “Art. 75, § 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias.”.



A alternativa E está incorreta, eis que em desconformidade com o art. 73, do CPC. Vejamos: “Art. 73. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens.”.

**QUESTÃO 94 - Considerando o que dispõe a Lei de Desapropriação (Decreto Lei 3365/41), é INCORRETO afirmar que:**

**a) a desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.**

**b) os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.**

**c) as autorizatárias para a exploração de ferrovias como atividade econômica podem promover a desapropriação, mediante autorização expressa constante de lei ou contrato.**

**d) o poder público não é obrigado a notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização.**

**e) é permitida a mediação, que seguirá as normas da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Código de Processo Civil), e, subsidiariamente, os regulamentos do órgão ou instituição responsável.**

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, visto que a proposição em exame afina-se com a norma do art. 2º, §1º, do Decreto-lei 3.365/41: “A desapropriação do espaço aéreo ou do subsolo só se tornará necessária, quando de sua utilização resultar prejuízo patrimonial do proprietário do solo.”

A alternativa B está incorreta. Trata-se de afirmativa que reproduz fielmente a letra do art. 2º, §2º, do Decreto-lei 3.365/41, in verbis: “Os bens do domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.”

A alternativa C está incorreta. Cuida-se aqui de afirmativa ajustada à norma do art. 3º, IV, do Decreto-lei 3.365/41, como se extrai de sua leitura: “Podem promover a desapropriação, mediante autorização expressa constante de lei ou contrato: (...) IV - as autorizatárias para a exploração de ferrovias como atividade econômica.”

Não há erros, portanto, a serem aqui apontados.

A alternativa D está correta. Eis aqui a resposta da questão, porquanto em desacordo à norma do art. 10-A do Decreto-lei 3.365/41, que assim preceitua: “O poder público deverá notificar o proprietário e apresentar-lhe oferta de indenização.”

Logo, equivocada a proposição sob exame, ao sustentar que tal proceder não precisaria ser adotado.

A alternativa E está incorreta. Não há incorreções neste item, visto que o art. 10-B, de fato, possibilita a opção pela mediação, a qual deve observar os ditames da Lei 13.140/2005, tudo nos termos do art. 10-B, caput e §1º, que abaixo transcrevo: “Feita a opção pela mediação ou pela via arbitral, o particular indicará um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação. § 1º A mediação seguirá as normas da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, e, subsidiariamente, os regulamentos do órgão ou instituição responsável.”



**QUESTÃO 95.** Em se tratando de lançamento do IPTU, considerando o que dispõe o Código Tributário do Município de Rio Branco (AC) (Lei 1508/03), assinale a alternativa INCORRETA

a) Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessores, devendo estes promoverem a transferência de nome no Cadastro Imobiliário, perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou adjudicação.

b) No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário do compromissário comprador.

c) O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

d) Na hipótese de a notificação ser feita pelo correio, deverá ser precedida de divulgação, a cargo do Executivo, das datas de entrega nas agências postais dos carnês de pagamento e das suas correspondentes datas de vencimento.

e) O imposto será lançado anualmente, observando-se a situação do imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário em 1º de janeiro do ano a que corresponder o lançamento e, tratando-se de obras novas, o imposto será devido a partir do exercício seguinte àquele de sua conclusão.

#### **Comentários**

A alternativa incorreta é a **letra A**.

A alternativa A está incorreta. O prazo é de 30 dias e não 15. Nesse sentido: Art. 16. O lançamento do imposto será expresso em Unidades Fiscais do Município de Rio Branco - UFMRB, sendo feito em nome de quem estiver inscrito o imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário. § 5º Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha será transferido para o nome dos sucessores, devendo estes, promoverem a transferência de nome no Cadastro Imobiliário, perante o órgão fazendário competente, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do julgamento da partilha ou adjudicação.

A alternativa B está correta. É a transcrição idêntica do art. 16, §1º da lei 1508/03. Nesse sentido: Art. 16. O lançamento do imposto será expresso em Unidades Fiscais do Município de Rio Branco - UFMRB, sendo feito em nome de quem estiver inscrito o imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário. § 1º No caso de imóvel objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário do compromissário comprador.

A alternativa C está correta. É a transcrição idêntica do art. 19 da lei 1508/03. Nesse sentido: Art. 19. O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

A alternativa D está correta. É a transcrição idêntica do art. 20, §1º da lei 1508/03. Nesse sentido: Art. 20. O lançamento considera-se regularmente notificado ao sujeito passivo com a entrega do carnê de pagamento, no local do imóvel ou no local por ele indicado, ao contribuinte ou responsável ou ainda a seus prepostos ou empregados. § 1º Na hipótese da notificação ser feita pelo correio deverá ser precedida de divulgação, a cargo do Executivo, das datas de entrega nas agências postais dos carnês de pagamento e das suas correspondentes datas de vencimento.



A alternativa E está correta. É a transcrição idêntica do art. 17 da lei 1508/03. Nesse sentido: Art. 17. O imposto será lançado anualmente, observando-se a situação do imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário, em 1º de janeiro do ano a que corresponder o lançamento. Parágrafo único. Tratando-se de obras novas, o imposto será devido a partir do exercício seguinte àquele de sua conclusão.

**QUESTÃO 96. Sobre a servidão de passagem e seus efeitos, é correto afirmar que:**

- a) as servidões prediais são divisíveis e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das do prédio serviente.
- b) a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada, inclusive nos casos de desapropriação.
- c) quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este não poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante.
- d) nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa.
- e) o dono do prédio serviente poderá, conforme situações específicas na lei, embaraçar o exercício legítimo da servidão.

#### **Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.386 do CC/02: “As servidões prediais são indivisíveis, e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das do prédio serviente, salvo se, por natureza, ou destino, só se aplicarem a certa parte de um ou de outro”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 1.387, caput, do CC/02: “Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 1.382, caput, do CC/02: “Quando a obrigação incumbir ao dono do prédio serviente, este poderá exonerar-se, abandonando, total ou parcialmente, a propriedade ao dono do dominante”.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 1.385, § 2º, do CC/02: “Nas servidões de trânsito, a de maior inclui a de menor ônus, e a menor exclui a mais onerosa”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 1.383 do CC/02: “O dono do prédio serviente não poderá embaraçar de modo algum o exercício legítimo da servidão”.

**QUESTÃO 97 - No tocante ao Procedimento Administrativo e Judicial, isto é, quanto aos trâmites nas esferas administrativas e judicial a fim de investigar, apurar a conduta improba, assinale a alternativa correta.**

- a) Na ação por improbidade administrativa é vedado, em caráter antecedente ou incidente, formular pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.
- b) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.



c) É permitida a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta corrente.

d) É permitido celebrar acordo de não persecução civil em Ação de Improbidade Administrativa.

e) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A rigor, de acordo com o art. 16, caput, vê-se ser plenamente possível a formulação de pedido de indisponibilidade de bens, em caráter antecedente ou incidente, como se depreende de sua leitura: “Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.”

A alternativa B está incorreta, na medida em que o art. 16, §4º, é explícito ao possibilitar, sim, a decretação de indisponibilidade de bens antes mesmo da oitiva do réu. No particular, confira-se: “A indisponibilidade de bens poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu, sempre que o contraditório prévio puder comprovadamente frustrar a efetividade da medida ou houver outras circunstâncias que recomendem a proteção liminar, não podendo a urgência ser presumida.”

A alternativa C está incorreta, uma vez que em posição oposta ao que estabelece o art. 16, §13, da Lei 8.429/92, que, na verdade, proíbe a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente. Confira-se: “É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança, em outras aplicações financeiras ou em conta-corrente.”

A alternativa D está correta. Trata-se de proposição escoreta, uma vez que alinhada à regra do art. 17-B, da leitura do qual depreende que, de fato, é possível a celebração de acordo de não persecução cível, observadas as condições ali elencadas. Confira-se: “O Ministério Público poderá, conforme as circunstâncias do caso concreto, celebrar acordo de não persecução civil, desde que dele advenham, ao menos, os seguintes resultados:”

A alternativa E está incorreta. Por fim, equivocada esta assertiva, no ponto em que se referiu ao prazo de 30 dias para a busca da solução consensual, sendo que, na verdade, a lei estabelece referido prazo em 90 dias, a teor do art. 17, § 10-A, da Lei 8.429/92: “Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por prazo não superior a 90 (noventa) dias.”

**QUESTÃO 98. A despeito da equiparação salarial, considerando em especial a reforma trabalhista de 2017, é INCORRETO afirmar que:**

a) sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.

b) trabalho de igual valor será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a dois anos e a diferença de tempo na função não seja superior a um ano.



c) o trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental atestada pelo órgão competente da Previdência Social não servirá de paradigma para fins de equiparação salarial.

d) no caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

e) a equiparação salarial só será possível entre empregados contemporâneos no cargo ou na função, ficando vedada a indicação de paradigmas remotos, ainda que o paradigma contemporâneo tenha obtido a vantagem em ação judicial própria.

### Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 461, caput, da CLT.

A alternativa B está correta, pois é a única incorreta dentre as alternativas (observe que a questão pede a alternativa INCORRETA). Conforme artigo 461, § 2º, da CLT: “Trabalho de igual valor, para os fins deste Capítulo, será o que for feito com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica, entre pessoas cuja diferença de tempo de serviço para o mesmo empregador não seja superior a quatro anos e a diferença de tempo na função não seja superior a dois anos.”

A alternativa C está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 461, § 4º, da CLT.

A alternativa D está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 461, § 6º, da CLT.

Observação: em 03/07/2023, o § 6º do artigo 461 teve sua redação alterada pela Lei 14.611/2023, passando a constar o seguinte: “Na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais devidas ao empregado discriminado não afasta seu direito de ação de indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto”. Como à época da publicação do edital da prova da PGM Rio Branco, tal lei ainda não estava em vigor, considera-se válida a redação anterior, qual era: “No caso de comprovada discriminação por motivo de sexo ou etnia, o juízo determinará, além do pagamento das diferenças salariais devidas, multa, em favor do empregado discriminado, no valor de 50% (cinquenta por cento) do limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social”. Por este motivo, consideramos que a alternativa está de acordo com a CLT.

A alternativa E está incorreta, pois traz exatamente o texto do art. 461, § 5º, da CLT.

**QUESTÃO 99 - Tício, morador da cidade X, está inconformado com o aumento do valor do IPTU de sua cidade, e convoca a população para ir às ruas manifestar contra a atual gestão. Ao chegar em frente à prefeitura, Tício e os manifestantes se deparam com a tropa de choque da polícia militar que determina a sua retirada imediata do local. No entanto, Tício tira do bolso um bolo de dinheiro equivalente a R\$ 1.000,00, dizendo ao policial que o abordou que o pagará para deixá-los continuar com a manifestação. Com base nessas informações, é possível afirmar que Tício cometeu o crime de:**

a) corrupção ativa.

b) tráfico de influência.

c) descaminho.

d) peculato.



**e) prevaricação.**

**Comentários**

A resposta correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O crime de corrupção ativa é tipificado pelo artigo 333 do CP, que assim prevê: "Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício". Tício prometeu vantagem indevida para o policial, de modo a obstar ato de ofício, logo, sua conduta se encaixa no tipo.

A alternativa B está incorreta. O crime de tráfico de influência é tipificado pelo artigo 332 do CP, que assim prevê: "Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função". A Conduta de Tício não se encaixa no tipo.

A alternativa C está incorreta. O crime de descaminho passiva é tipificado pelo artigo 334 do CP, que assim prevê: "Iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria". A Conduta de Tício não se encaixa no tipo.

A alternativa D está incorreta. O crime de peculato é tipificado pelo artigo 312 do CP, que assim prevê: "Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio". A Conduta de Tício não se encaixa no tipo.

A alternativa E está incorreta. O crime de prevaricação é tipificado pelo artigo 319 do CP, que assim prevê: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal". A Conduta de Tício não se encaixa no tipo.

**QUESTÃO 100. Leia as assertivas abaixo.**

**I – Incumbirá ao juiz dilatar os prazos processuais, porém, será vedado alterar a ordem de produção dos meios de prova.**

**II – O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.**

**III - O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.**

**IV - Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, porém, justificando as razões pelas quais se afastará.**

**Estão corretas as assertivas:**

**a) I e II**

**b) II e IV**

**c) I e III**

**d) II e III**

**e) III e IV**

**Comentários**

A alternativa correta é a **letra D**.



O item I é falso, nos termos do art. 139, VI, do CPC: “Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: VI - dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito de modo a conferir maior efetividade à tutela do direito;”.

O item II é verdadeiro, nos termos do art. 140, do CPC: “Art. 140. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.”.

O item III é verdadeiro, nos termos do art. 143, II, do CPC: “Art. 143. O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando: II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte.”.

O item IV é falso, nos termos do art. 145, §1º, do CPC: “Art. 145, § 1º Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões.”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: [yasmin.ushara@estrategia.com](mailto:yasmin.ushara@estrategia.com) / [thiago.carvalho@estrategia.com](mailto:thiago.carvalho@estrategia.com)



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

